

INGRESSO FÁCIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - NOTAS PROMISSÓRIAS

no montante de até

R\$15.000.000,00

Classificação de Risco – A –
(Quotas Seniores)

A Oferta de quotas foi deliberada pela Administradora do FUNDO em 16/11/2005.

A distribuição das quotas seniores foi registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/RFD/2007/023, em 11 de maio de 2007.

Emissão de, no mínimo, 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) e, no máximo, 15.000.000 (quinze milhões) de quotas seniores do **"INGRESSO FÁCIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - NOTAS PROMISSÓRIAS" ("FUNDO")**, com valor inicial de R\$1,00 (um real) para cada quota, perfazendo o total inicial de até R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), e quotas subordinadas em montante inicial de no mínimo R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das quotas emitidas pelo FUNDO, com valor inicial de R\$1,00 (um real) para cada quota, sendo somente as quotas seniores destinadas à distribuição pública. As quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do FUNDO, sendo este constituído sob a forma de condomínio fechado. Os direitos e demais características das quotas estão dispostos no regulamento do FUNDO ("**Regulamento**").

O FUNDO é administrado pela **MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61 (a "**Administradora**").

Código ISIN: BRINGRCTF005 (Quotas Seniores).

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO EMISSOR, BEM COMO SOBRE AS QUOTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO, NAS PÁGINAS 89 A 91.

Somente Investidores Qualificados, conforme definidos na Instrução 409/04 podem adquirir quotas do FUNDO.

Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para a Indústria de Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda de quotas deste FUNDO não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do FUNDO, de sua Instituição Administradora e demais instituições prestadoras de serviços.



Prospecto de acordo com o
Código de Auto-Regulação
da ANBID para os Fundos de
Investimentos.

"Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das quotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador ou demais instituições prestadoras de serviços."

**Administradora e Distribuidora
de Quotas do Fundo**



Mellon

Mellon Serviços Financeiros

Gestora do Fundo



Mellon

Mellon Global Investments - Brasil

Auditoria

Controladoria e Custódia

Rating das Quotas Seniores



Deutsche Bank



Este FUNDO utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento.

Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas para seus quotistas. O investimento no FUNDO apresenta riscos para o investidor. Ainda que a GESTORA da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o FUNDO e para o investidor.

O FUNDO não conta com garantia da ADMINISTRADORA, da GESTORA da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

As informações contidas neste prospecto estão em consonância com o Regulamento do FUNDO, porém não o substitui. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do FUNDO, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que este está exposto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DADOS DO FUNDO.....	7
IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA, DA INSTITUIÇÃO INTERMEDIÁRIA, DO CUSTODIANTE, DE CONSULTORES E AUDITORES.....	11
DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO.....	15
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS.....	19
ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS, REVOGAÇÃO E MODIFICAÇÃO DA OFERTA.....	23
CARACTERÍSTICAS GERAIS.....	27
PÚBLICO ALVO.....	31
FLUXOGRAMA FINANCEIRO.....	35
OBJETIVO DO FUNDO.....	38
POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA.....	43
POLÍTICA DE INVESTIMENTO.....	43
Condições de Aquisição de Direitos Creditórios.....	43
Critérios de Elegibilidade de Direitos Creditórios.....	44
Laudo de Avaliação.....	45
Consultoria Especializada.....	45
Comitê de Investimentos.....	46
Política de Concessão de Crédito e Cobrança dos Direitos Creditórios.....	47
COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA.....	48
Derivativos.....	48
Operações Compromissadas.....	48
Tabela resumo da composição da carteira do FUNDO após os primeiros 90 dias de funcionamento.....	49
Limites de Concentração.....	49
Contrapartes.....	49
DIREITOS E OBRIGAÇÕES ASSOCIADOS ÀS QUOTAS SENIORES E SUBORDINADAS.....	53
Quotas Seniores.....	53
Quotas Subordinadas.....	53
QUANTIDADE E CONDIÇÕES DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS.....	57
REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO.....	61
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO.....	65
CONTROLADORIA/CUSTÓDIA.....	69
AVALIAÇÃO DAS QUOTAS DO FUNDO (<i>rating</i>).....	73

INGRESSO FÁCIL
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

COBRANÇA.....	77
DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRADORA E DO QUOTISTA.....	81
Obrigações da Administradora.....	81
Vedações à Administradora	82
SITUAÇÕES ESPECIAIS	84
Decretação de intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora.....	84
Rebaixamento do rating.....	84
Amortização antecipada	84
Liquidação antecipada do FUNDO	85
FATORES DE RISCOS.....	89
TAXAS	95
PARTICIPANTES	99
TRIBUTAÇÃO.....	107
Tributação Aplicável aos Quotistas	107
Tributação Aplicável ao FUNDO	108
PERÍODICOS DESTINADOS ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO	111
ATENDIMENTO AO QUOTISTA	115
 ANEXOS	
<hr/>	
Anexo I - Regulamento do Fundo	119
Anexo II - Relatório de <i>Rating</i>	147
Anexo III - Contrato de Cessão dos Direitos Creditórios.....	157

DADOS DO FUNDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DADOS DO FUNDO

Razão Social: INGRESSO FÁCIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
NOTAS PROMISSÓRIAS

CNPJ: 07.170.272/0001-89

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fechado

Base Legal: Resolução CMN nº 2.907, de 29.11.2001 e Instrução CVM nº 356, de 17.12.2001, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22.07.2003, pela Instrução CVM nº 435, de 05.07.2006, pela Instrução CVM nº 442, de 08.12.2006, e pela Instrução CVM nº 446, de 19.12.2006.

Data de início das atividades do FUNDO: 14 de junho de 2007.

Classificação de risco da classe de quotas seniores do FUNDO: A–

Classificação perante a ANBID e a CVM: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Mercado secundário: As quotas seniores representativas do patrimônio do FUNDO terão registro para negociação no mercado secundário na Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA, DA INSTITUIÇÃO INTERMEDIÁRIA,
DO CUSTODIANTE, DE CONSULTORES E AUDITORES**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA, DA INSTITUIÇÃO INTERMEDIÁRIA,
DO CUSTODIANTE, DE CONSULTORES E AUDITORES**

Administradora e Instituição Intermediária

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Av. Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar
Rio de Janeiro – RJ
Contato: Carla Lopes
Telefone: (21) 3974-4618
Fax: (21) 3974-4501
e-mail: fidc@mellonbrasil.com.br

Gestora

Mellon Global Investments S/C Ltda.
Av. Almirante Barroso, n.º 52, 13º andar
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 2510-9900
Fax: (21) 2510-9901

Custodiante

Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão
R. Alexandre Dumas, 2.200
São Paulo – SP
Telefone: (11) 5189-5000
Fax: (11) 5189-5100

Consultores Legais

Pinheiro Guimarães Advogados
Av. Rio Branco 181, 27º andar
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 4501-5000
Fax: (21) 4501-5000

Auditores Contratados

Baker Tilly Brasil
Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1461 – 4º e 12º andares – Brooklin Novo
São Paulo – SP
Telefone: (11) 5504-3800
Fax.: (11) 5504-3805

Agência de Rating

Austin Rating
R. Leopoldo Couto de Magalhães Júnior - conjunto 73 - Itaim Bibi
São Paulo – SP
Telefone: (11) 3377-0707
Fax: (11) 3377-0739

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das quotas seniores:

CUSTOS	MONTANTE (EM R\$)	% EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO
Comissão de Colocação	0,00	0%
Comissão de Coordenação	0,00	0%
Outras Comissões	0,00	0%
Custo Unitário de Distribuição	0,00	0%
Despesas de registro	565,71	0,0038%
Despesas com auditoria	25.000,00	0,17%
Despesas com a agência de rating	15.000,00	0,1%
Outros Custos (consultoria legal)	20.000,00	0,1333%
Total	60.565,71	0,40%

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito Sem Co-Obrigação e outras Avenças

Contrato firmado entre a Ingresso Fácil Pré-Venda e Venda de Ingressos Ltda., na qualidade de Cedente (a "Cedente") e o FUNDO, representado por sua Administradora, tendo como interveniente o Custodiante. Por meio do Contrato de Cessão, a Cedente se compromete a ceder, de forma irrevogável e irretroatável, de acordo com os respectivos Termos de Cessão e mediante o pagamento, pelo FUNDO, do preço de aquisição aplicável, Direitos Creditórios Elegíveis ("Contrato de Cessão").

A cessão, pela Cedente, dos Direitos Creditórios ao FUNDO, nos termos do Contrato de Cessão, deverá abranger todos os direitos, ações e garantias assegurados à Cedente por fôrça dos Direitos Creditórios, para f ns de cobrança e recebimento dos valores devidos pelos Organizadores de Eventos.

Para maiores detalhes sobre as características dos Direitos Creditórios, favor referir-se a Seção Política de Investimento e Composição da Carteira.

Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Contrato firmado entre o Custodiante, a Administradora e a Cedente, por meio do qual o Custodiante assume a responsabilidade de prestar ao FUNDO os serviços de custódia qualificada e controladoria relativos aos Direitos Creditórios, títulos e valores mobiliários, e aos recursos financeiros pertencentes e que vierem a pertencer à carteira do FUNDO.

Por fôrça do Contrato de Custódia, o Custodiante, devidamente constituído como mandat rio da Administradora, poderá praticar todo e qualquer ato necessário ao pontual e integral cumprimento das suas obrigações estabelecidas no Contrato de Custódia, incluindo movimentar recursos depositados nas Contas do FUNDO, acolher os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do FUNDO, acolher e transferir os ativos financeiros depositados nas contas do FUNDO, passar recibos, sempre com estrita observância ao disposto no Contrato de Custódia, no Contrato de Cessão e no Regulamento do FUNDO, sendo vedado o subestabelecimento.

Contratos de Compra e Venda de Ingressos

Contrato firmado entre a Ingresso Fácil Pré-Venda e Venda de Ingressos Ltda. (a "Ingresso Fácil") e os Organizadores de Eventos ("Contrato de Compra e Venda de Ingressos"), por meio do qual a Ingresso Fácil entrega recursos aos Organizadores de Eventos a título de compra antecipada de Ingressos relacionados a determinados Eventos que serão por eles realizados, durante período determinado. Os Organizadores de Eventos devem repagar o valor que lhes f i adiantado através da entrega   Ingresso Fácil de determinado percentual da bilheteria de cada Evento. Não obstante a venda antecipada de Ingressos, os Organizadores de Eventos são responsáveis pelo pagamento   Ingresso Fácil do valor de face dos Ingressos. Dessa forma, caso ao final do prazo estabelecido no Contrato de Compra e Venda de Ingressos não tenha sido quitado o valor de face dos Ingressos, o Organizador de Eventos é obrigado a pagar a diferença é Ingresso Fácil. Juntamente com a celebração do Contrato de Compra e Venda de Ingressos, os Organizadores de Eventos emitem nota promissória representativa da sua d vida ("Nota Promissória"), sendo que esta d vida poderá, conforme mencionado acima, ser adimplida parceladamente, conforme percentual do resultado bruto obt do com a venda dos Ingressos para o público-alvo dos Eventos, estabelecido previamente nos Contratos de Compra e Venda de Ingressos, que deverá ser recebido pela Ingresso Fácil a cada Evento realizado. Para isto, haverá um termo de quitação parcial da Nota Promissória, que deverá ser anexado ao respectivo título. O valor da Nota Promissória corresponderá ao valor de face dos Ingressos adquiridos, e na data de vencimento da Nota Promissória, a mesma será resgatada pelo Organizador de Eventos por seu valor remanescente.

Fora as quitações parciais programadas para ocorrer após a realização de cada Evento, não há situações em que ocorra o pré-pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS, REVOGAÇÃO E MODIFICAÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS, REVOGAÇÃO E MODIFICAÇÃO DA OFERTA

A Administradora pode requerer à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a modificação ou revogação da Oferta, caso ocorram alterações posteriores, substanciais e imprevisíveis nas circunstâncias inerentes à Oferta, existentes na data do pedido do registro de distribuição, que resulte em um aumento relevante dos riscos por ela assumidos e inerentes à própria Oferta. Adicionalmente, a Administradora pode modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM nº 400. Caso o requerimento de modificação das condições da Oferta seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta poderá ser prorrogado por até 90 dias, contados da aprovação do pedido de modificação.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS GERAIS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS GERAIS

O FUNDO é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e observa principalmente as disposições do seu Regulamento ("Regulamento") e da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e alterações posteriores ("Instrução 356").

O FUNDO tem prazo determinado de duração de 5 (cinco) anos, contados a partir do início de suas atividades, prorrogáveis por igual período por meio de deliberação de Assembléia Geral de Quotistas.

O FUNDO é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios fechado, ou seja, as quotas do FUNDO somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do FUNDO, ou em virtude de sua liquidação antecipada, respeitadas as amortizações previstas no Regulamento e neste Prospecto.

Cronograma de Etapas da Oferta (as datas abaixo estipuladas são meras expectativas, não representando obrigação do FUNDO o seu cumprimento)

Início da Oferta	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início em 15 de maio de 2007.
Prazo de Colocação	As quotas do FUNDO deverão ser subscritas e integralizadas até 15 de novembro de 2007.
Manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir quotas no âmbito da Oferta poderão manifestar a sua intenção de adquirir quotas no âmbito da Oferta junto ao Administrador, a qualquer momento a partir de 15 de maio de 2007 até 12 de novembro de 2007, por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição.
Distribuição junto ao público	As quotas serão colocadas junto a investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM n.º 409/04, residentes e domiciliados no Brasil e/ou não residentes no Brasil, que busquem rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do FUNDO, conforme prevista no Regulamento, e que aceitem os riscos associados aos investimentos do FUNDO.
Divulgação do Resultado da Oferta	O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta, por meio da publicação de anúncio de encerramento no periódico utilizado para realizar as publicações referentes às quotas relativas ao FUNDO, qual seja, o jornal "Diário Mercantil".

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PÚBLICO ALVO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PÚBLICO ALVO

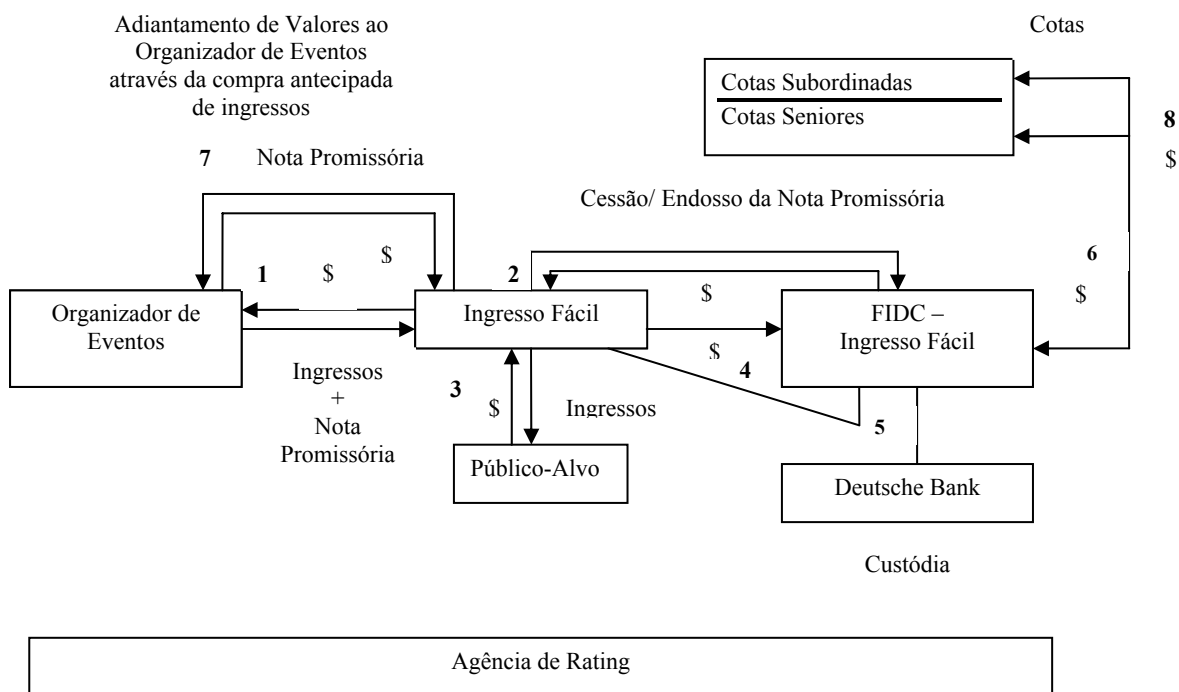
Pessoas físicas ou jurídicas consideradas investidores qualificados, definidos como tal pela regulamentação editada pela CVM, que buscam rendimentos superiores ao CDI, a médio prazo.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FLUXOGRAMA FINANCEIRO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FLUXOGRAMA FINANCEIRO



Descrição das etapas acima demonstradas:

1. Celebração do Instrumento Particular Compra e Venda de Ingressos e Outras Avenças (Contrato de Compra e Venda de Ingressos) entre a Ingresso Fácil e os Organizadores de Eventos, pelo qual a Ingresso Fácil compra antecipadamente, e o Organizadores de Eventos vende, os Ingressos disponíveis para comercialização referentes a determinados Eventos que serão realizados pelo Organizadores de Eventos durante período determinado. A Ingresso Fácil adquire tais Ingressos com desconto concedido pelo Organizadores de Eventos que, não obstante a venda antecipada dos Ingressos, permanece responsável pelo pagamento à Ingresso Fácil do valor de face dos mesmos. O Organizadores de Eventos, por sua vez, emite Nota Promissória representativa do valor de face dos Ingressos (sem o desconto);
2. A Ingresso Fácil cede para o FUNDO, mediante endosso, a Nota Promissória representativa dos créditos decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Ingressos .
3. A Ingresso Fácil realiza a venda dos Ingressos para o público-alvo do Evento e recebe a renda auferida com tal venda.

INGRESSO FÁCIL
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

4. A Ingresso Fácil repassa para o FUNDO, mediante crédito na conta-corrente do FUNDO, o percentual acordado no contrato mencionado no item 1 acima, referente ao pagamento parcelado do Direito Creditório cedido para o FUNDO.
5. Contratação dos serviços de custódia e contratação, pela Administradora, dos serviços de consultoria especializada; e
6. Emissão pública das quotas seniores do FUNDO e subscrição das quotas subordinadas pela Ingresso Fácil.
7. Na data de vencimento da Nota Promissória, quaisquer valores ainda devidos pelos Organizadores de Eventos à Ingresso Fácil e não quitados através do percentual da renda auferida em cada uma dos Eventos realizados serão pagos à Ingresso Fácil, que os repassará ao FUNDO.
8. Amortização das quotas do FUNDO.

O FUNDO terá sua carteira composta por Direitos Creditórios originados de Notas Promissórias representativas dos créditos oriundos de Contratos de Compra e Venda de Ingressos. A Ingresso Fácil origina as oportunidades de compra antecipada de ingressos através de sua rede de relacionamentos, através da execução de Contrato de Compra e Venda de Ingressos com os Organizadores de Eventos, cuja dívida é representada por Notas Promissórias. As Notas Promissórias são oferecidas ao FUNDO e avaliadas pelo Comitê de Investimentos. Havendo interesse na aquisição pelo FUNDO de tais Notas Promissórias, ocorre a cessão e o endosso da Notas Promissórias, recebendo a Originadora pela contraprestação correspondente, ou seja, o preço de cessão. A Ingresso Fácil, Cedente dos Direitos Creditórios, será responsável pela guarda das vias originais das Notas Promissórias representativas dos créditos oriundos de Contratos de Compra e Venda de Ingressos, na qualidade de fiel depositária. A Ingresso Fácil será responsável pelo recebimento dos pagamentos dos Direitos Creditórios serão efetuados até seu vencimento.

OBJETIVO DO FUNDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

OBJETIVO DO FUNDO

Proporcionar a valorização de suas quotas, por meio da aplicação preponderante dos seus recursos na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis originados no segmento financeiro, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente, pelo Regulamento e por este Prospecto, representados por Notas Promissórias originadas de Contratos de Compra e Venda de Ingressos, celebrados entre a Originadora e os Organizadores de Eventos, os quais serão adimplidos principalmente, mas não necessariamente exclusivamente, pelos Organizadores de Eventos com a Renda Bruta obtida com a realização dos Eventos.

A primeira série de quotas seniores do FUNDO possui um *benchmark* de rentabilidade, no médio e longo prazo, de 115% (cento e quinze por cento) da taxa dos Depósitos Interfinanceiros ("DI") de 1 (um) dia - "over extragrupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Condições de Aquisição de Direitos Creditórios
Critérios de Elegibilidade de Direitos Creditórios
Laudo de Avaliação
Consultoria Especializada
Comitê de Investimentos
Política de Concessão de Crédito e Cobrança dos Direitos Creditórios

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Derivativos
Operações Compromissadas
Tabela resumo da composição da carteira do FUNDO após os primeiros 90 dias de funcionamento
Limites de Concentração
Contrapartes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Para atingir seu objetivo, o FUNDO investe todo seu patrimônio em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, bem como instrumentos de derivativos, com o único objetivo de proteger posições detidas a vista, até o limite dessas.

Após 90 dias do início das atividades do FUNDO, no mínimo 50% e no máximo 100% de seu patrimônio líquido deverá ser representado por Direitos Creditórios Elegíveis originados no segmento financeiro.

Os Direitos Creditórios deverão atender cumulativamente às Condições de Aquisição, Critérios de Elegibilidade e demais requisitos estabelecidos no Regulamento para serem adquiridos pelo FUNDO e deverão se referir a Notas Promissórias representativas de créditos decorrentes e vinculados a Contratos de Compra e Venda de Ingressos celebrados entre os Organizadores de Eventos e a Originadora (os "Direitos Creditórios Elegíveis"), relativos a quaisquer acontecimentos (festas, espetáculos, comemorações, solenidades, etc.) ou quaisquer serviços (de transporte urbano e/ou rodoviários), cujo acesso ou utilização estejam condicionados à venda ou distribuição de Ingressos a título oneroso, organizados por especialistas, com objetivos institucionais, comunitários, promocionais ou públicos, e que se enquadrem em qualquer uma das seguintes categorias: (i) eventos em geral, tais como eventos esportivos (futebol, voleibol, basquetebol, tênis, handebol, corridas automobilísticas e motociclísticas, corridas de cavalos, hipismo, etc), culturais (teatros, cinemas, exposições, etc.), recreativos (casas noturnas, casas de espetáculos, shows, carnaval, rodeios, parques temáticos, etc.); (ii) eventos educacionais (congressos, seminários, convenções, etc); (iii) eventos comunitários e beneficentes; (iv) transportes urbanos (ônibus, metrô, trem, etc) e/ou rodoviário; e (v) quaisquer outros eventos ou serviços destinados ao público em geral cujo acesso esteja condicionado à venda ou distribuição de Ingressos a título oneroso.

Na hipótese do Direito Creditório perder qualquer Condição de Aquisição ou Critério de Elegibilidade após sua aquisição pelo FUNDO, não haverá direito de regresso contra a Administradora ou a Gestora, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

No entanto, fica esclarecido que não existe qualquer promessa do FUNDO, da Administradora, da Gestora, do Custodiante e de quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do FUNDO.

Não obstante a diligência da Administradora e da Gestora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do FUNDO estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo a Administradora e a Gestora mantendo sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o FUNDO e para o quotista.

Condições de Aquisição de Direitos Creditórios

Para poderem ser adquiridos pelo FUNDO, os Direitos Creditórios devem atender cumulativamente às seguintes condições, as quais serão verificadas pelo Comitê de Investimentos antes da aprovação da aquisição dos Direitos Creditórios:

- (a) devem ser Notas Promissórias, representativas de créditos decorrentes e vinculados aos Contratos de Compra e Venda de Ingresso celebrados entre os Organizadores de Eventos/Emissor e a Originadora/Endossante, emitidas por Organizadores de Eventos que gerarão obrigações individuais para os Organizadores de Eventos;

INGRESSO FÁCIL

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

- (b) devem ser Notas Promissórias emitidas por Organizadores de Eventos que não apresentem, na data de aquisição pelo FUNDO, histórico de inadimplência, ou seja, não apresentem parcelas dos Contratos de Compra e Venda de Ingressos ou notas promissórias vencidas e não pagas;
- (c) devem ser Notas Promissórias emitidas por Organizadores de Eventos que organizem Eventos cujo acesso ou utilização estejam condicionados à venda ou distribuição de Ingressos a título oneroso;
- (d) devem ser Notas Promissórias emitidas por Organizadores de Eventos que organizem Eventos organizados por especialistas, com objetivos institucionais, comunitários, promocionais ou públicos;
- (e) devem ser Notas Promissórias emitidas por Organizadores de Eventos que organizem Eventos que se enquadrem em qualquer uma das seguintes categorias:
 - 1) Eventos em Geral;
 - 2) Eventos Educacionais;
 - 3) Eventos Comunitários e Beneficentes;
 - 4) Transportes Urbanos e/ou Rodoviário; e;
 - 5) Quaisquer outros eventos ou serviços destinados ao público em geral cujo acesso esteja condicionado à venda ou distribuição de Ingressos a título oneroso; e
- (f) devem ser Notas Promissórias emitidas por Organizadores de Eventos que organizem Eventos que poderão ser realizados em qualquer dos Estados do Território Nacional, bem como no Distrito Federal.

Os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo FUNDO ao seu valor de face, com taxa de desconto mínima correspondente a 125% (cento e vinte e cinco por cento) do CDI.

O pagamento das Notas Promissórias será realizado primordialmente, mas não necessariamente exclusivamente, com o fluxo de caixa advindo da Renda Bruta dos Eventos. Caso, na data de vencimento da Nota Promissória, haja valores devidos nos termos da Nota Promissória e ainda não quitados, o saldo devedor da Nota Promissória deverá ser pago pelo Organizador de Eventos.

Crítérios de Elegibilidade de Direitos Creditórios

Para poderem ser adquiridos pelo FUNDO, os Direitos Creditórios deverão ter sido objeto de Laudo de Avaliação e Proposta de Aquisição, conforme definido no artigo 9º do Regulamento e abaixo exposto, aprovado por unanimidade pelo Comitê de Investimentos, nos termos definidos no Regulamento.

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo FUNDO deverão ser Notas Promissórias que atendam aos seguintes Critérios de Elegibilidade, os quais serão validados pelo Custodiante:

- (a) tenham sido emitidas substancialmente na forma do Anexo I ao Regulamento por Organizadores de Eventos que tenham celebrado com a Originadora Contrato de Compra e Venda de Ingressos;
- (b) sejam representativas de dívida decorrente de Contrato de Compra e Venda de Ingressos devidamente celebrado entre a Originadora e Organizadores de Eventos; e
- (c) tenham sua aquisição aprovada pelo Comitê de Investimentos.

Laudo de Avaliação

Anteriormente à verificação das condições de cessão e critérios de elegibilidade, deve ser elaborado laudo de avaliação dos Direitos Creditórios ("Laudo de Avaliação") pela empresa de consultoria especializada contratada pelo FUNDO ("Consultora"), conforme especificado abaixo. O Laudo de Avaliação deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- (i) prazos e valores dos Direitos Creditórios;
- (ii) razão, expressa na forma de percentual, do valor do Direito Creditório em relação ao patrimônio líquido do FUNDO;
- (iii) elementos suficientes para a realização de uma análise adequada acerca da capacidade econômica e financeira do Organizador de Eventos, devedor do Direito Creditório, e correta avaliação dos riscos envolvidos na aquisição dos Direitos Creditórios;
- (iv) recomendação do preço de aquisição do Direito Creditório, devidamente fundamentada, levando em consideração, no mínimo, a avaliação do risco de crédito do Organizador de Eventos, com histórico dos registros de inadimplemento eventualmente existentes em sistemas de registros públicos ou privados de informações disponíveis, e a exequibilidade do Direito Creditório cuja aquisição esteja sendo sugerida (o "Preço de Aquisição");
- (v) descrição detalhada da forma e critérios utilizados para cálculo do Preço de Aquisição;
- (vi) relatório estatístico fundamentado sobre a frequência histórica de usuários finais aos Eventos e resultados financeiros efetivos obtidos com a realização dos Eventos, preparado por fonte confiável e fidedigna, se possível oficial, tais como federações e confederações esportivas ou de outros segmentos aos quais os Eventos se refiram, empresas prestadoras de serviço que atuem no setor de entretenimento e realização de eventos que arrecadam recursos através da venda de Bilheteria ou Ingressos em geral, etc, a fim de avaliar os riscos envolvidos na aquisição dos Direitos Creditórios.

Após a elaboração do Laudo de Avaliação, este deve ser submetido ao Comitê de Investimentos do FUNDO, conforme abaixo especificado, por meio de proposta de aquisição de Direitos Creditórios (a "Proposta de Aquisição") para aprovação.

Desde que observadas as regras estabelecidas para a aquisição dos Direitos Creditórios, especialmente aquelas referentes ao Laudo de Avaliação, Condições de Aquisição e Critérios de Elegibilidade, a Administradora poderá adquirir Direitos Creditórios cujos cedentes sejam a Consultora ou ainda as empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias da Consultora.

Consultoria Especializada

Conforme descrito acima, a consultoria especializada, bem como a elaboração do Laudo de Avaliação, será desenvolvida pela INGRESSO FÁCIL PRÉ-VENDA E VENDA DE INGRESSOS LTDA., com sede na Alameda Mamoré n. 535, sala 1201, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n. 04.387.518/0001-80, anteriormente qualificada como Consultora.

O Laudo de Avaliação deverá ser reavaliado pela Consultora sempre que solicitado pela Administradora.

A Consultora também será a Cedente dos Direitos Creditórios ao FUNDO, e, portanto, poderia estar sujeita a uma eventual situação de conflito de interesse. Não obstante a prestação de serviços de consultoria, a decisão final com relação à aquisição de Direitos Creditórios é do Comitê de Investimentos, podendo ainda a Administradora vetar decisões tomadas pelo Comitê de Investimentos. A Ingresso Fácil manifesta sua independência na realização de suas atividades perante o FUNDO.

Comitê de Investimentos

A Administradora e a Gestora contarão, para a gestão da carteira do FUNDO, com um comitê de investimentos (o "Comitê de Investimentos"), formado por um membro indicado pela Administradora e um membro indicado pela Consultora. Foram indicados para ocupar o cargo do Comitê de Investimentos os seguintes representantes: Fernando Marcos Silva, casado, engenheiro, identidade nº 4.318.397-9, inscrito no CPF/MF sob o nº 675280828-72, residente à Rua Jesuíno Arruda, 325, apto 11, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, indicado pela Consultora, e Marcos Antonio de Oliveira, brasileiro, casado, identidade nº 13.968.016, inscrito no CPF/MF sob o nº 022.267.698-11, com domicílio comercial à Rua Iguatemi, 192 cj 243, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, indicado pela Administradora.

O Comitê de Investimentos terá como funções básicas:

I - acompanhar as atividades da Administradora e da Gestora na prestação de suas obrigações referentes ao FUNDO;

II - acompanhar as diretrizes de investimento e desinvestimento do FUNDO, inclusive a respeito da alienação de ativos;

III - analisar o Laudo de Avaliação, podendo recusar a Proposta de Aquisição nos termos previstos no Parágrafo Terceiro do artigo 9º do Regulamento;

IV – analisar se os Direitos Creditórios atendem às Condições de Aquisição estabelecidas no Parágrafo Primeiro do artigo 27 e às demais disposições do Regulamento;

V – aprovar a aquisição de Direitos Creditórios pelo FUNDO, conforme previsto no Regulamento;

VI – revisão periódica, avaliação e aprovação da reavaliação do Laudo de Avaliação realizada nos termos do artigo 9º, Parágrafo Quinto do Regulamento;

VII - supervisionar a "performance" do FUNDO através dos relatos da Gestora acerca do desempenho dos ativos integrantes da carteira de aplicações; e

VIII - propor a convocação de quotistas para se reunirem em assembléia geral, para modificações no Regulamento do FUNDO.

A prática de todo e qualquer ato necessário à implementação das decisões do Comitê de Investimentos será sempre de responsabilidade da Administradora e da Gestora, conforme o caso. Não obstante, a Administradora sempre terá o direito de veto sobre as decisões tomadas pelo Comitê de Investimentos.

O Comitê de Investimentos reunir-se-á na Capital do Estado de São Paulo sempre que exigirem os interesses do FUNDO, por convocação de qualquer membro, devendo a convocação ocorrer através de carta, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência. As reuniões do Comitê de Investimentos poderão ocorrer somente com a presença de todos os seus membros.

É vedado aos membros do Comitê de Investimentos, exclusivamente no desempenho das funções estabelecidas nos termos do Regulamento, receberem do FUNDO remuneração a qualquer título.

Política de Concessão de Crédito e Cobrança dos Direitos Creditórios

A política de concessão de crédito e cobrança dos Direitos Creditórios é desenvolvida pela Consultora. Tal política leva em consideração dados objetivos e subjetivos com relação a cada Organizador de Eventos e é utilizada para a análise e concessão de crédito a todos os Organizadores de Eventos/clientes interessados, novos e antigos, podendo ser sintetizada como sendo:

- (a) avaliação prévia da demanda de Ingressos para o Evento organizado pelo Organizador de Eventos, bem como de seu valor estimado, com base nos dados estatísticos a que se refere o item "b" abaixo, bem como em quaisquer outros indicadores que possam de forma apropriada, a critério da Consultora, permitir uma estimativa relativamente confiável acerca da venda dos Ingressos;
- (b) análise de dados estatísticos oficiais disponibilizados para cada segmento do Evento organizado pelo Organizador de Eventos;
- (c) no caso de eventos esportivos, análise do atual desempenho dos times, clubes e atletas nos campeonatos e competições esportivas, bem como número estimado de partidas, etc.;
- (d) análise da capacidade econômico-financeira e de crédito do Organizador de Eventos;
- (e) pesquisa acerca da idoneidade e credibilidade do Organizador de Eventos através de informações provenientes de fontes comerciais e bancárias ou de sistemas públicos ou privados de informações aos quais a Administradora e a Consultora tenham acesso;
- (f) taxa de desconto proposta para a realização da operação; e
- (g) prazos de pagamento dos valores devidos em função das obrigações assumidas com as contratações.

A cobrança e o recebimento dos pagamentos dos Direitos Creditórios serão efetuados pela Ingresso Fácil até seu vencimento. Em caso de inadimplemento dos Organizadores de Eventos, a cobrança será realizada pelo FUNDO, através do Custodiante. A Ingresso Fácil e o Custodiante tomarão medidas de segregação dos valores recebidos quando da liquidação dos Direitos Creditórios.

Informações estatísticas sobre inadimplementos, perdas ou pré-pagamento de créditos de mesma natureza dos Direitos Creditórios não são de conhecimento da Administradora, da Consultora ou do Custodiante, apesar de terem sido feitos esforços razoáveis para obtê-las. Não obstante, conforme mencionado acima, somente serão adquiridos Direitos Creditórios devidos por Organizadores de Eventos que não apresentem histórico de inadimplência na data da cessão dos mesmos ao FUNDO.

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Após 90 dias do início das atividades do FUNDO, no mínimo 50% e no máximo 100% de seu patrimônio líquido deverá ser representado por Direitos Creditórios oriundos de relações no segmento financeiro que atendam aos Critérios de Elegibilidade e Condições de Aquisição definidos no Regulamento e neste Prospecto.

A parcela do patrimônio líquido do FUNDO que não estiver aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- c) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; e
- d) fundos de renda fixa, administrados ou não pela Administradora, que apliquem preponderantemente nos ativos listados em "a", "b" e "c" acima.

Todos os resultados auferidos pelo FUNDO serão incorporados ao seu patrimônio, de maneira que todos os quotistas deles participem proporcionalmente à quantidade de suas quotas.

Derivativos

O FUNDO poderá realizar operações em mercados de derivativos exclusivamente com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas ("hedge"). O FUNDO pode alocar até a totalidade da parcela de seu patrimônio líquido que não estiver alocada em Direitos Creditórios nestas operações.

As operações com derivativos podem ser realizadas tanto em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, quanto no de balcão, nesse caso desde que devidamente registradas em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de patrimônio líquido do FUNDO, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

Operações Compromissadas

O FUNDO poderá realizar operações compromissadas, ou seja, operações de compra de ativos com o compromisso de posterior revenda ou vice-versa, desde que tais operações tenham como lastro títulos públicos (títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional). Para estas operações podem ser destinados até 50% do patrimônio líquido do FUNDO.

Tabela resumo da composição da carteira do FUNDO após os primeiros 90 dias do início de suas atividades

Ativo	Mínimo (% do Patrimônio Líquido do FUNDO)	Máximo (% do Patrimônio Líquido do FUNDO)
Direitos Creditórios Elegíveis (após 90 dias de início das atividades do FUNDO)	50%	100%
Títulos Públicos	Zero	50%
Derivativos (exclusivamente para proteção)	Zero	50%
Operações Compromissadas	Zero	50%

Limites de Concentração

Respeitadas as regras de composição da carteira descritas nos itens acima, a Administradora e a Gestora podem livremente definir o grau de concentração da carteira do FUNDO.

O FUNDO tem limite máximo de concentração por um único Organizador de Eventos devedor de 20% (vinte por cento) do seu patrimônio líquido, conjuntamente com quaisquer de suas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Contrapartes

A Administradora e a Gestora poderão contratar operações para a composição da carteira do FUNDO nas quais figurem como contraparte a própria Administradora ou a Gestora, suas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias ou ainda quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou Fundos de investimento administrados ou geridos pela Administradora ou pela Gestora ou pelas demais pessoas anteriormente referidas. Nestas hipóteses, todas as informações relativas às operações referidas serão objeto de registros analíticos segregados. A Administradora neste ato declara que não se encontra em conflito de interesses no exercício de sua função, manifestando sua independência nas atividades descritas no Regulamento.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DIREITOS E OBRIGAÇÕES ASSOCIADOS ÀS QUOTAS SENIORES E SUBORDINADAS

Quotas Seniores

Quotas Subordinadas

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DIREITOS E OBRIGAÇÕES ASSOCIADOS ÀS QUOTAS SENIORES E SUBORDINADAS

O FUNDO terá classe de quotas seniores e de quotas subordinadas, não havendo divisão em subclasses ou séries para ambos os casos. Todas as quotas do FUNDO serão escriturais e mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de quotista. Observado o abaixo disposto, as características, os direitos e obrigações das quotas seniores e subordinadas serão idênticos.

Serão emitidas inicialmente quotas no valor de R\$1,00 (um real) cada, independentemente da classe.

A cada quota corresponderá 1 (um) voto.

Quotas Seniores

As quotas seniores oferecem aos quotistas a segurança de que os inadimplementos sofridos pela carteira do FUNDO serão atribuídos inicialmente exclusivamente às quotas subordinadas, cujo somatório do valor deve corresponder a 25% do patrimônio líquido do FUNDO. Somente na hipótese do somatório do valor total das quotas subordinadas não ser suficiente para arcar com a inadimplência é que as quotas seniores passam a ser afetadas.

Por outro lado, a rentabilidade das quotas seniores tem como limite, ou seja, como teto, o *benchmark* definido na Política de Investimento do FUNDO, tendo em vista que a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às quotas subordinadas.

As quotas seniores têm preferência na amortização e no resgate, nos termos do Regulamento e da legislação aplicável.

Quotas Subordinadas

O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos Creditórios pelos Organizadores de Eventos ou outros inadimplementos sofridos pela carteira do FUNDO será atribuído somente às quotas subordinadas, até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedida esta somatória, a inadimplência dos direitos creditórios de titularidade do FUNDO passará a ser suportada também pelas quotas seniores.

Por outro lado, na hipótese do FUNDO atingir o *benchmark* definido na sua Política de Investimento, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às quotas subordinadas, razão pela qual estas quotas poderão apresentar valores diferentes das quotas seniores.

Regra geral, as quotas subordinadas somente poderão ser amortizadas, total ou parcialmente, ou resgatadas após a amortização total ou parcial, conforme o caso, ou resgate de todas as quotas seniores.

Na hipótese da rentabilidade atribuída às quotas subordinadas resultar em mais de 25% do patrimônio líquido do FUNDO representado por quotas subordinadas, estas poderão ser amortizadas, visando exclusivamente ao re-equilíbrio da relação e observando, no que couber, as demais disposições do Regulamento, após comunicação e concordância dos quotistas subordinados e observado o limite de enquadramento previsto no artigo 38 do Regulamento, desde que haja disponibilidade de recursos no FUNDO, a critério da Administradora.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

QUANTIDADE E CONDIÇÕES DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

QUANTIDADE E CONDIÇÕES DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS

O FUNDO será constituído inicialmente por até 20.000.000 (vinte milhões) quotas, sendo que, por disposição do Regulamento, a primeira série será composta por até 75% (setenta e cinco por cento) de quotas seniores e no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de quotas subordinadas. Esta primeira série de quotas terá prazo de 2 (dois) anos, contados da data do início da distribuição pública das quotas seniores.

A critério da Administradora, atingindo-se o patamar mínimo de distribuição de 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) quotas seniores, poderá ser encerrado o período de distribuição de quotas do FUNDO. O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação do anúncio de início de distribuição de quotas seniores da primeira série do FUNDO. A Administradora deverá observar, o limite mínimo de 25% de quotas subordinadas em relação ao patrimônio líquido do FUNDO, definida no *caput* do artigo 38 do Regulamento.

O FUNDO deverá ter patrimônio líquido médio de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) após o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data em que ocorrer a primeira integralização de quotas seniores da primeira série do FUNDO.

Na subscrição de quotas representativas do patrimônio inicial do FUNDO que ocorrer em data diferente da Data de Integralização definida no Boletim de Subscrição, será utilizado o valor da quota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências. Observado o prazo definido no Regulamento e na legislação em vigor, as quotas do FUNDO poderão ser subscritas a qualquer momento.

A partir do 13º (décimo terceiro) mês, contado da data de início das atividades do FUNDO, tanto as quotas seniores como as subordinadas do FUNDO terão seus valores amortizados mensalmente, à razão de 1/12 (um doze avos).

As quotas subordinadas poderão ser integralizadas com Direitos Creditórios que se enquadrem na política de investimento do FUNDO. Nesta hipótese, serão observados os critérios estabelecidos pela Administradora, bem como no Boletim de Subscrição, ficando, desde já definido, que a integralização das quotas deverá ser realizada nos termos do Regulamento e da legislação aplicável ao caso.

As quotas subordinadas poderão, ainda, ser amortizadas e/ou resgatadas em Direitos Creditórios, observados os procedimentos estabelecidos no Regulamento e na legislação aplicável.

A critério da Administradora, novas quotas do FUNDO, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos quotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução 356 e os limites estipulados no Regulamento. As novas quotas subordinadas terão direitos, taxas e despesas iguais aos conferidos às demais quotas de mesma classe, enquanto que as quotas seniores poderão ser divididas em séries com valores e prazos diferenciados para amortização, resgate e remuneração.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO

Aplicações

As aplicações poderão ser feitas por meio de ordem de pagamento, débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN, exceto cheques, ou através da Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP. O valor mínimo para aplicação no FUNDO é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Na emissão de quotas do FUNDO deve ser utilizado o valor da quota em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

Para o cálculo do número de quotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Administradora quaisquer taxas ou despesas. Os direitos e obrigações associados a cada classe são detalhados no item "Direitos e Obrigações Associados às Quotas Seniores e Subordinadas" deste Prospecto.

Amortizações

Podem ser efetuadas por meio de ordem de pagamento, débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN, exceto cheques, ou através da Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP. Nestas datas as quotas de mesma classe e série terão valor unitário idêntico entre si.

A amortização de quotas deverá respeitar a relação entre quotas seniores e patrimônio líquido do FUNDO. O pagamento das amortizações deverá ser feito no dia 1º de cada mês. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

Para efeitos do disposto neste Prospecto, entende-se por dia útil qualquer dia da semana exceto sábados, domingos, feriados de âmbito nacional ou, ainda, dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário nacional.

Resgate

Podem ser efetuadas por meio de ordem de pagamento, débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN, exceto cheques, ou através da Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP. Nestas datas as quotas de mesma classe e série terão valor unitário idêntico entre si.

Não haverá resgate de quotas, a não ser pelo término do prazo de duração do FUNDO, amortização de quotas, ou de sua liquidação antecipada, respeitadas as amortizações previstas no Regulamento.

Integralização em Direitos Creditórios

As quotas subordinadas podem ser integralizadas com Direitos Creditórios. Nesta hipótese, durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, as aplicações em Direitos Creditórios devem observar o seguinte procedimento: a integralização de quotas deverá ser realizada por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN, concomitantemente à venda, pela Cedente, de Direitos Creditórios em valor correspondente ao líquido integralizado, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

Amortizações e Resgates em Direitos Creditórios

As quotas subordinadas poderão, ainda, ser amortizadas e/ou resgatadas em Direitos Creditórios. Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, as amortizações e resgates em Direitos Creditórios devem observar o seguinte procedimento: a amortização e o resgate de quotas serão efetivados por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN simultaneamente à compra, pelo quotista, de Direitos Creditórios, em valor correspondente ao líquido amortizado ou resgatado, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

Excepcionalmente, na ocorrência de liquidação antecipada do FUNDO, as quotas seniores também poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios.

Valor mínimo para aplicação inicial: R\$ 50.000,00

Valor mínimo para aplicações adicionais: R\$ 50.000,00

Valor mínimo de resgate nas hipóteses permitidas: R\$ 50.000,00

Saldo residual mínimo para permanência no FUNDO: R\$ 50.000,00

Data de cotização de aplicação D+0

Data de cotização de resgate D+0

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor. Os Direitos Creditórios por não terem mercado de negociação oficial, serão avaliados pelo seu custo de aquisição com apropriação mensal de rendimentos (correspondente ao deságio sobre seu valor de face), feita em base exponencial, pelo prazo a decorrer até o seu vencimento, com base nos dados e previsões estatísticas constantes dos Laudos de Avaliação aprovados por unanimidade pelo Comitê de Investimentos.

As quotas do FUNDO terão seu valor calculado diariamente.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTROLADORIA/CUSTÓDIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTROLADORIA/CUSTÓDIA

As atividades de custódia dos ativos e controladoria do FUNDO serão exercidas pelo Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão. Dentre as principais atividades do custodiante e controlador do FUNDO estão:

- I - receber e analisar a documentação que evidencie os Direitos Creditórios;
- II - validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;
- III - realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios;
- IV - fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO;
- V - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos Creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo FUNDO e órgãos reguladores;
- VI - cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos; e
- VII – efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios inadimplentes, podendo inclusive, sob sua responsabilidade, iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos Direitos Creditórios, aos ativos financeiros, às demais modalidades operacionais integrantes da carteira do FUNDO ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AVALIAÇÃO DAS QUOTAS DO FUNDO (*rating*)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AVALIAÇÃO DAS QUOTAS DO FUNDO (*rating*)

As classes de quotas seniores do FUNDO são avaliadas pela empresa Austin Rating e atualmente recebem uma classificação de risco A. A cada trimestre será feita uma reavaliação deste *rating*. As quotas subordinadas do FUNDO não têm classificação de risco pois não são destinadas à distribuição pública.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

COBRANÇA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

COBRANÇA

A cobrança e o recebimento dos pagamentos dos Direitos Creditórios, até seu vencimento, serão realizados pela Ingresso Fácil, que os repassará ao FUNDO em até 2 (dois) dias úteis de seu recebimento.

Os serviços de cobrança ativa dos Direitos Creditórios inadimplentes serão prestados pelo Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão. Os serviços de cobrança ativa de eventuais inadimplentes poderão ser prestados por empresas especializadas em recuperação de crédito.

Assim, Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão é responsável por e se compromete a efetuar a cobrança dos direitos creditórios componentes da carteira do FUNDO que estejam inadimplentes, conforme descrito no Regulamento do FUNDO e abaixo.

Os procedimentos extrajudiciais ou judiciais necessários à cobrança dos devedores inadimplentes dos Direitos Creditórios serão realizados por sociedade a ser contratada pela Administradora, com a anuência do Custodiante, a qual deverá observar as diretrizes estabelecidas pela Administradora e pela Consultora em conjunto.

Os custos incorridos com os procedimentos extrajudiciais ou judiciais mencionados acima são de inteira e exclusiva responsabilidade do FUNDO, não estando a Administradora ou a Gestora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao FUNDO dos valores necessários à cobrança de tais Direitos Creditórios inadimplidos. A Administradora, a Gestora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados aos procedimentos de cobrança.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRADORA E DO QUOTISTA

DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRADORA E DO QUOTISTA

Obrigações da Administradora

Vedações à Administradora

SITUAÇÕES ESPECIAIS

Decretação de intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora

Rebaixamento do rating

Amortização antecipada

Liquidação antecipada do FUNDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRADORA E DO QUOTISTA

Obrigações da Administradora

É obrigação da Administradora divulgar qualquer ato ou fato relevante, tal como a eventual alteração da classificação de risco do FUNDO ou dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da respectiva carteira, de modo a garantir a todos os quotistas acesso a informações que possam influenciar suas decisões quanto à permanência no FUNDO. Estas informações devem ser divulgadas no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou por meio de envio de correspondência ou correio eletrônico. Adicionalmente, devem ser mantidas disponíveis para os quotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem quotas do FUNDO.

Nos termos da Instrução 356, a Administradora é ainda obrigada a:

I - manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do FUNDO;
- b) o registro dos quotistas;
- c) o livro de atas de Assembléias Gerais;
- d) o livro de presença de quotistas;
- e) o Prospecto do FUNDO;
- f) os demonstrativos trimestrais do FUNDO;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao FUNDO; e
- h) os relatórios do auditor independente.

II - receber quaisquer rendimentos ou valores do FUNDO diretamente ou por meio de instituição contratada;

III - entregar ao quotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do FUNDO, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações, que será o "Diário Mercantil", e da taxa de administração praticada;

IV - divulgar, anualmente, no periódico utilizado para divulgações do FUNDO, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem suas quotas, o valor do patrimônio líquido do FUNDO, o valor da quota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo FUNDO;

V - custear as despesas de propaganda do FUNDO;

VI - fornecer anualmente aos quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII - sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o FUNDO; e

INGRESSO FÁCIL

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

VIII - providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do FUNDO ou dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO.

Adicionalmente, a Administradora compromete-se a manter a relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do FUNDO em 75% ou, em outras palavras, com 25% em quotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e divulgada mensalmente aos quotistas do FUNDO, através do site da Administradora. Na inobservância desta regra, com quotas subordinadas representando menos que 25% do patrimônio líquido do FUNDO, a Administradora é obrigada a:

I - No prazo de 10 (dez) dias contados da constatação do desbalanceamento entre o valor das quotas seniores em relação ao patrimônio líquido do FUNDO a Administradora deverá comunicar a ocorrência a cada quotista, bem como comprometendo-se a buscar o re-equilíbrio de relação no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação aos quotistas. O re-equilíbrio da relação poderá ser efetivado através da subscrição de novas quotas subordinadas;

II - Na hipótese de não ser restabelecida a relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do FUNDO, deverá ser convocada Assembléia Geral de quotistas para deliberar sobre:

- a) providências a serem tomadas pela Administradora e/ou pela Gestora;
- b) substituição da Administradora e/ou da Gestora, no exercício das funções em relação ao FUNDO; e/ou
- c) pela liquidação antecipada do FUNDO.

Vedações à Administradora

É vedado à Administradora:

I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos previstas no artigo 25, Parágrafo Primeiro e Segundo do Regulamento;

II – realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução 356;

III – aplicar recursos diretamente no exterior;

IV – adquirir quotas do próprio FUNDO;

V – pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução 356;

VI – vender quotas do FUNDO a prestação;

VII – vender quotas do FUNDO a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos Creditórios ao FUNDO, exceto quando se tratar de quotas subordinadas;

VIII – prometer rendimento predeterminado aos quotistas;

IX – fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X – delegar poderes de gestão da carteira do FUNDO, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução 356;

XI – obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos previstas no artigo 25, Parágrafo Primeiro e Segundo do Regulamento;

XII – efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos previstas no artigo 25, Parágrafo Primeiro e Segundo do Regulamento.

Ao quotista compete a leitura do Regulamento, do Prospecto, bem como a assinatura do termo de adesão e a concordância com os procedimentos a serem adotados pela Administradora na busca dos melhores resultados para o FUNDO. O quotista tem como direito, através da Assembléia Geral de quotistas, deliberar sobre as seguintes matérias, de competência privativa da Assembléia Geral de quotistas:

I – as demonstrações contábeis apresentadas pela Administradora;

II – a substituição da Administradora e/ou da Gestora;

III – a fusão, a incorporação, a cisão ou a liquidação do FUNDO;

IV – o aumento na taxa de administração, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução; e

V – a alteração do Regulamento do FUNDO.

A Administradora é responsável, nos termos no artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição.

SITUAÇÕES ESPECIAIS

Decretação de intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora

No caso de decretação de intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora, deve automaticamente ser convocada assembléia geral de quotistas, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua decretação, para:

I – nomeação de Representante de quotistas; e

II – deliberação acerca de:

- a) substituição da Administradora no exercício das funções de administração do FUNDO; ou
- b) pela liquidação antecipada do FUNDO.

Rebaixamento do *rating*

Caso ocorra o rebaixamento do *rating* da classe sênior de quotas do FUNDO, serão adotados os seguintes procedimentos:

I – comunicação a cada quotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO;

II – disponibilização aos quotistas, em sua sede, de relatório da empresa de classificação de risco; e

III – a imediata convocação, pela Administradora, de Assembléia Geral de quotistas do FUNDO para deliberar sobre os procedimentos eventualmente necessários para a preservação de capital.

Amortização antecipada

A amortização das quotas de quaisquer séries do FUNDO poderá ocorrer antes do prazo previsto para cada série de quotas na ocorrência das seguintes hipóteses:

I – impossibilidade de enquadramento do FUNDO à sua política de investimentos, em razão da impossibilidade de adquirir Direitos Creditórios;

II – na hipótese da relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do FUNDO ser superior a 75 % (setenta e cinco por cento), ou seja, na hipótese do somatório dos valores das quotas subordinadas representarem percentual igual ou menor que 25% (vinte e cinco por cento); e/ou

III – em particular, em se tratando de quotas subordinadas, quando ocorrer a hipótese de inobservância da relação de quotas subordinadas representando mais de 25% do patrimônio líquido do FUNDO.

A antecipação do início da amortização de quotas do FUNDO nas hipóteses previstas nos itens I e II acima será operacionalizada através de envio de correspondência ou correio eletrônico aos quotistas ou publicação de aviso no periódico utilizado para divulgação de informações do FUNDO com 5 (cinco) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização. A hipótese prevista no item III acima deverá respeitar os procedimentos previstos no artigo 46 do Regulamento.

Liquidação antecipada do FUNDO

Poderá haver a liquidação antecipada do FUNDO nas seguintes situações:

I – se o patamar mínimo de distribuição de quotas do FUNDO descrito no artigo 51 do Regulamento (1.500.000 quotas seniores) não for atingido no prazo ali mencionado;

II – por deliberação de assembléia geral de quotistas, nas hipóteses descritas nos artigos 37, Parágrafo Primeiro, II, "c" e artigo 20, II, "b" do Regulamento do FUNDO; e

III – se o FUNDO mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 3 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

Nas hipóteses de deliberação da Assembléia Geral, se a decisão for a de não liquidação do FUNDO, fica desde já assegurado o resgate das quotas seniores dos quotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor das mesmas.

Na ocorrência de liquidação antecipada do FUNDO, as quotas seniores poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios, devendo ser observado, no que couber, as disposições do Capítulo XV do Regulamento.

Na hipótese de liquidação do FUNDO, os titulares de quotas seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de quotas seniores.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FATORES DE RISCOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FATORES DE RISCOS

Quanto aos riscos associados ao investimento no FUNDO, aos Direitos Creditórios e aos demais ativos integrantes da carteira do FUNDO, destacam-se, de forma não-taxativa:

- (a) **Risco de falta de recursos para Amortização e pagamento de resgates:** As principais fontes de recursos do FUNDO para efetuar a amortização de suas quotas, em moeda corrente nacional, decorrem da liquidação dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes da carteira. Após o recebimento destes recursos e, conforme o caso, depois de esgotados todos os meios de cobrança judicial ou extrajudicial dos referidos ativos, o FUNDO poderá não dispor dos valores necessários para efetuar a amortização de suas quotas em moeda corrente nacional;
- (b) **Risco de Liquidez:** Consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do FUNDO nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a Administradora e a Gestora poderão encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o FUNDO, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar a Gestora a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortizações aos quotistas do FUNDO, nos valores solicitados e nos prazos contratados;
- (c) **Risco relacionado a fatores macroeconômicos e regulatórios:** Consiste no risco relativo aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro. Medidas do Governo para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, controles do setor, mudanças legislativas, entre outras. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar nos negócios do FUNDO, bem como em sua condição financeira e seus resultados operacionais. Além disso, o Governo, a CVM, Banco Central do Brasil e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação dos setores de entretenimento e transporte ou outros relacionados aos Eventos ou ao próprio FUNDO, o que poderá dificultar e/ou diminuir a origem de Direitos Creditórios e, conseqüentemente, a rentabilidade do FUNDO;
- (d) **Risco de Descasamento:** Consiste no risco da Gestora não conseguir contratar operações de *swap* de taxas pré-fixadas por CDI – over, de forma a compatibilizar o *benchmark* do FUNDO com os Direitos Creditórios da carteira do FUNDO, contratados a taxas pré-fixadas ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do FUNDO podem ser insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as quotas, inclusive seniores;
- (e) **Risco de Derivativos:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do FUNDO, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos quotistas. Mesmo para o FUNDO, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um "hedge" perfeito ou suficiente para evitar perdas ao FUNDO;

- (f) **Risco de Mercado:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do FUNDO, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das quotas e perdas aos quotistas;
- (g) **Risco de Crédito:** A carteira do FUNDO possui Direitos Creditórios, títulos públicos e instrumentos de derivativos que estão sujeitos ao risco de não pagamento por seus respectivos emissores ou garantidores, se houver, ou da contraparte, conforme o caso. Conseqüentemente, pode ocorrer redução de ganhos ou até mesmo perda do capital investido na hipótese de não pagamento, pelos respectivos emissores ou garantidores, se houver, dos títulos públicos e dos Direitos Creditórios, dos rendimentos e/ou valor do principal dos ativos do FUNDO;
- (h) **Risco relacionado à inexistência de garantia de aquisição constante de Direitos Creditórios:** A Cedente dos Direitos Creditórios não se encontra obrigada a ceder Direitos Creditórios ao FUNDO indefinidamente. Dessa maneira, a existência do FUNDO dependerá da manutenção do fluxo de aquisição de Direitos Creditórios;
- (i) **Risco relacionado à cobrança judicial dos Direitos Creditórios:** Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes da carteira do FUNDO e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do FUNDO, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que for deliberado pelos quotistas em Assembléia Geral. O Fundo poderá contratar os serviços de terceiros para a realização de procedimentos de cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios integrantes de sua carteira. Depois de esgotados os ativos de liquidez imediata do Fundo e observada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, os quotistas poderão ser solicitados a efetuar aportes de capital ao Fundo necessários à adoção e à manutenção dos procedimentos acima referidos. A Administradora, a Gestora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas Pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os quotistas deixem de aportar os recursos necessários para tanto;
- (j) **Risco relacionado à análise dos Organizadores de Eventos – devedores dos Direitos Creditórios:** Não obstante a diligência empregada pela Consultora na análise acerca da capacidade econômica e financeira dos Organizadores de Eventos, subsiste o risco da ocorrência de erros de avaliação nos respectivos Laudos de Avaliação, tendo em vista que os dados referentes à frequência dos usuários finais ao Evento, desempenho dos times, clubes e atletas nos campeonatos e competições esportivas, dentre outros elementos, eventualmente utilizados que, ainda que disponibilizados por órgão oficiais relacionados ao segmento do Evento em questão podem apresentar inconsistências. Adicionalmente, sempre existe o risco das expectativas criadas em torno da arrecadação ou Renda Bruta dos Eventos não se confirmarem, mesmo nos casos em que tais expectativas se fundamentem em estatísticas adequadas sobre o histórico dos Eventos. Assim, avaliações equivocadas poderão influenciar negativamente a rentabilidade dos Organizadores de Eventos e sua capacidade de pagamento dos Direitos Creditórios e, conseqüentemente, poderá ocorrer perdas no FUNDO caso os Organizadores de Eventos não disponham de recursos para efetuar os pagamentos dos Direitos Creditórios;

- (k) **Risco da Cedente como fiel depositária dos Documentos Comprobatórios:** Os documentos comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios, tais como os originais das Notas Promissórias, serão guardados pela Cedente. A Cedente, na qualidade de fiel depositária, é responsável pela guarda da documentação física representativa dos Direitos Creditórios cedidos ao FUNDO. Embora a Cedente tenha a obrigação de permitir ao Custodiante, à Administradora e ao Fundo o livre acesso à referida documentação, a guarda desses documentos pela Cedente poderá representar dificuldades à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios cedidos e cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos;
- (l) **Risco da Cedente atuar como Consultora:** A Cedente foi contratada pela Administradora para prestar serviços de consultoria especializada para a avaliação e seleção dos Direitos Creditórios. Apesar de sua declaração de independência da realização das atividades perante o FUNDO, este fato amplia a exposição de risco dos quotistas do FUNDO ao desempenho e performance profissional da Consultora, tendo em vista possível situação de conflito de interesses.
- (m) **Risco relacionado à liberdade de ação do Comitê de Investimento:** Tendo em vista que o Comitê de Investimento será formado por 1 (um) membro indicado pela Administradora e 1 (um) membro indicado pela Consultora, poderá haver conflitos de interesse quando da tomada de decisões relativas à aprovação da aquisição de Direitos Creditórios que tiverem sido objeto do Laudo de Avaliação e Proposta de Aquisição elaborados pela Consultora;
- (n) **Cobrança dos Direitos Creditórios:** A Cedente realizará o recebimento e a cobrança dos Direitos Creditórios antes de seu vencimento. Há o risco de a Cedente, ao realizar a cobrança dos Direitos Creditórios, encontrar-se em posição de conflito de interesses, já que a Cedente, ao realizar uma cobrança mais firme e efetiva dos Direitos Creditórios de determinado Organizador de Eventos, poderá, de alguma forma, prejudicar o relacionamento comercial com tal Organizador de Eventos. Após o vencimento dos Direitos Creditórios, a cobrança será realizada pelo Custodiante;
- (o) **Risco relacionado à vinculação das Notas Promissórias aos Contratos de Compra e Venda de Ingresso:** Notas promissórias, como regra, são consideradas instrumentos autônomos, isto é, tais títulos de crédito representam uma promessa pura e simples de pagar determinada quantia em dinheiro, desvinculada e independente do negócio jurídico que lhe deu causa. No entanto, as Notas Promissórias a serem adquiridas pelo FUNDO serão, por disposição expressa contida em tais notas promissórias, vinculadas aos respectivos Contratos de Compra e Venda de Ingressos, o que permite que os Organizadores de Eventos se recusem a pagar as Notas Promissórias com base (i) em eventual invalidade, ineficácia ou outros vícios do Contrato de Compra e Venda de Ingressos; e/ou (ii) em exceções pessoais que eventualmente tenham contra Ingresso Fácil, tais como o descumprimento, pela Ingresso Fácil, de alguma obrigação contratual (seja do Contrato de Compra e Venda de Ingressos, seja com relação a outros contratos celebrados entre a Ingresso Fácil e os Organizadores de Eventos) e compensação de quantias devidas pela Ingresso Fácil a qualquer título, dentre outras hipóteses. A este respeito, embora os Contratos de Compra e Venda de Ingressos disponham que o pagamento das Notas Promissórias não depende da Renda Bruta dos Eventos, é possível que os Organizadores de Evento questionem o pagamento da Nota Promissória com base nos resultados obtidos com a venda dos Ingressos para os Eventos, tendo em vista a vinculação das Notas Promissórias aos Contratos de Compra e Venda de Ingresso;
- (p) **Risco relacionado à Falência da Ingresso Fácil:** Nos termos do Regulamento, o FUNDO poderá adquirir da Ingresso Fácil Direitos Creditórios decorrentes de Contratos de Compra e Venda de Ingresso, sendo a Ingresso Fácil a responsável por receber e repassar ao FUNDO o percentual acordado dos recursos efetivamente obtidos com a venda dos Ingressos na data da realização dos Eventos. Dessa forma, caso a Ingresso Fácil, antes de repassar os recursos ao FUNDO, venha a sofrer um processo de falência, será necessário que o FUNDO entre com pedido de restituição em tal processo de falência a fim de que receba a quantia devida referente a tais Direitos Creditórios que tenham sido recebidos pela Ingresso Fácil e não tenham sido repassados ao FUNDO;
- (q) **Demais Riscos:** O FUNDO também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos ("default"), mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos, dentre outros.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TAXAS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TAXAS

Taxa de Administração: 2% ao ano sobre o patrimônio líquido do FUNDO, calculada por dia útil. Esta remuneração será provisionada diariamente e paga mensalmente à Administradora até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

Taxa de Performance: Não há.

Taxa de Ingresso: Não há

Taxa de Saída: Não há

Taxa de Custódia: O Custodiante receberá pelos serviços de atividades de custódia e controladoria do FUNDO uma remuneração de R\$15.000,00 mensais acrescida de 0,025% ao ano sobre o patrimônio líquido do FUNDO, calculada por dia útil, que será debitada da taxa de administração devida à Administradora.

Demais Taxas: Constituem encargos do FUNDO, além da remuneração da Administradora, as seguintes despesas:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do FUNDO e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do FUNDO;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do FUNDO ou à realização de Assembléia Geral de quotistas;
- h) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o FUNDO tenha suas quotas admitidas à negociação;
- i) taxas de custódia de ativos do FUNDO;
- j) despesas com a contratação de agência classificadora de risco;
- k) despesas com empresas prestadoras de serviços de cobrança amigável e/ou judicial dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do FUNDO que estiverem vencidos e porventura não tiverem sido devidamente pagos pelos respectivos sacados devedores;
- l) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos quotistas, na forma do parágrafo único do artigo 31, do Regulamento;
- m) despesa com a taxa de registro na Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP; e
- n) despesa com a anuidade na Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PARTICIPANTES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PARTICIPANTES

As partes envolvidas com a estruturação do FUNDO e/ou com a oferta são sociedades individualizadas e distintas e não pertencem ao mesmo grupo econômico, podendo guardar, no entanto, quaisquer relacionamentos comerciais sem que se configure algum outro tipo de relação jurídica entre elas.

A Administradora e a Gestora são sociedades distintas e, embora pertencentes a um mesmo grupo econômico, são independentes entre si, de forma que as atividades relacionadas à administração de recursos de terceiros da Gestora são totalmente segregadas das demais atividades da Administradora, nos termos da regulamentação em vigor.

A Consultora e a Cedente dos Direitos Creditórios ao FUNDO são a mesma pessoa, e, portanto, sujeita a uma eventual situação de conflito de interesse. Não obstante, a Ingresso Fácil manifesta sua independência na realização de suas atividades perante o FUNDO.

Breve Histórico da Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.

A Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. foi constituída em dezembro de 1997 como uma *joint venture* entre o Mellon Financial Corporation e o Banco Brascan, para gerir recursos de terceiros no Brasil.

A evolução do portfolio de serviços financeiros e as alterações na estrutura societária fortaleceram a imagem de uma empresa que se adapta às mudanças ocorridas no mercado e às necessidades de seus clientes com técnica e criatividade, resultando, em 2005, na Mellon Serviços Financeiros, subsidiária integral da Mellon Financial Corporation, atuando em quatro linhas de negócios: *asset management*, *asset allocation*, *asset servicing* e *corporate governance*.

A atividade de *asset servicing* é exercida pela Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A., líder em serviços financeiros para gestores independentes e clientes institucionais e corporativos. Os serviços de controladoria, representação legal, risco e compliance são prestados para mais de 500 fundos de investimento somando R\$ 38 bilhões, data-base de Outubro de 2006, e zelam pela boa aplicação dos recursos respeitando a legislação vigente, os regulamentos dos fundos e a integração com a política de investimentos própria dos clientes institucionais e seus reguladores.

O AÇIONISTA: MELLON FINANCIAL CORPORATION

A Mellon Financial Corporation, fundada em 1869, com sede em Pittsburgh, Pennsylvania, é uma corporação de serviços financeiros que se posiciona entre os líderes em serviços financeiros no mundo com USD 4,9 trilhões de ativos sob serviços de administração, custódia e gestão, sendo USD 808 bilhões sob gestão.

Sua posição é de liderança em serviços financeiros no mundo: é o maior custodiante global e o 12º maior gestor global. As linhas de negócios em que atua abrangem gestão de recursos em fundos exclusivos, mútuos e patrimônios, e soluções de tecnologia para serviços financeiros para clientes institucionais e corporativos.

Breve Histórico da Mellon Global Investments

A Mellon Global Investments, autorizada a administrar carteira de valores mobiliários pela CVM, através do Ato Declaratório nº 6977, de 02/10/2002, é uma subsidiária do Mellon Group e no Brasil, é uma empresa independente voltada exclusivamente para a gestão de recursos de terceiros.

Fundado em 1869, atualmente o Mellon Financial Corporation possui US\$ 808 bilhões de dólares em ativos sob gestão e é o sexto maior gestor de recursos nos EUA, além de estar posicionado em 12º lugar no ranking de gestores globais.

Os recursos geridos pela Mellon Global Investments - Brasil são custodiados no Banco Bradesco S.A., auditados pela KPMG Auditores Independentes e administrados pela Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.. A separação entre gestor, administrador e custodiante possibilita à Mellon Global Investments - Brasil dedicar-se exclusivamente à gestão de recursos, evitando qualquer tipo de conflito de interesses e proporcionando ao cliente total transparência nos serviços prestados. O grupo Mellon atua no Brasil desde 1998.

Atualmente a Mellon Global Investments - Brasil possui R\$ 4,5 bilhões em ativos sob gestão distribuídos em fundos de Renda Fixa, Derivativos e Ações, voltados para pessoas físicas, pessoas jurídicas e clientes institucionais, além da gestão de empresas sendo observadas as práticas de Governança Corporativa.

A filosofia da empresa baseia-se na otimização da relação risco x retorno, com o foco na preservação de capital, e a excelência de nossa gestão faz com que diversos fundos geridos pela Mellon Global Investments - Brasil sejam premiados por empresas especializadas, como Exame, Invest Tracker e Gazeta Mercantil.

Breve Histórico da Ingresso Fácil

APRESENTAÇÃO

A Ingresso Fácil é uma das duas unidades de negócio da BWA Tecnologia e Sistemas em Informática Ltda. ("BWA"). A BWA atua na área de tecnologia voltada para o desenvolvimento dos serviços de controle de acesso a grandes públicos em diversos tipos de eventos.

A BWA oferece serviços gráficos especializados e exclusivos, sendo titular de um moderno centro gráfico, que confecciona ingressos magnéticos e cartões de crédito com toda a segurança e proteção, impedindo falsificações e mau-uso. São confeccionados de acordo com as necessidades do cliente (devolução, reutilizáveis, etc). Além disso, a BWA também oferece material e pessoal para o controle de acesso a eventos para público numeroso, como parques temáticos, estádios esportivos e outros. A BWA ainda disponibiliza a seus clientes catracas eletrônicas adaptáveis às exigências de cada cliente (possibilidade de devolução do ingresso para entradas múltiplas, sinal sonoro indicativo, entre outros), além de possuir moderno *software* de gerenciamento de acesso ("Smart Stadium"), que possibilita incluir dados específicos do evento para apurar lotação e controlar acessos.

A Ingresso Fácil é uma empresa especializada no desenvolvimento de um sistema de pré-venda de ingressos de diversos tipos de eventos, entre os quais: esportes (destacando-se o Futebol), teatro, rodeios, shows e parques temáticos. Implantada em 1999, a empresa viabiliza o suporte dos negócios da BWA, proporcionando maior alcance e agilidade a seus parceiros.

O sistema funciona por meio de um estoque único de ingressos dos eventos que são comercializados (pré-vendidos) em tempo real por meio de uma rede de distribuição, composta por diversos pontos de venda, com cobertura nacional. O pagamento pode ser feito por meio de dinheiro, DOC bancário, cartão de crédito ou de débito.

Conta ainda com o apoio de seus parceiros para a venda antecipada de ingressos, dentre os quais se destacam: a Federação Paulista de Futebol, a Embratel, a Federação do Estado do Rio de Janeiro, a Confederação Sul-Americana de Futebol, a Confederação Brasileira de Futebol, a Globo Esportes, o São Paulo Futebol Clube, o Sport Clube Corinthians Paulista, entre outros.

Possui um sistema de monitoramento e gerenciamento da venda de ingressos ("Data Center") que possibilita a compra de ingressos de diversos pontos, por meio da Internet. Também faz parte do sistema a colocação de máquinas de venda de ingressos, com ou sem operadores, em diversos pontos estratégicos (como supermercados, centros comerciais e outros). Os ingressos adquiridos pelos clientes, que não são emitidos na hora, são entregues em endereço informado, ou podem ser retirados no local do evento, conforme preferência do cliente.

Seu banco de dados conta com mais de 1 milhão de clientes cadastrados, os quais já realizaram, no mínimo, uma compra de ingresso por meio da Ingresso Fácil.

A Ingresso Fácil possui como clientes o São Paulo F.C, Santos F.C., Confederação Brasileira de Futebol, S.C.Corinthians Paulista, São Caetano, Grêmio de Foot-Ball Porto Alegre, Atlético Mineiro, Fortaleza, Santa Cruz, Sport Club do Recife, Náutico, Guarani, Santo André, Clube de Regatas do Flamengo, Botafogo de Futebol e Regatas, E.C.Bahia, grandes produtores de shows (Linkin Park, Mix, 50 Cents, etc), eventos como Skol Beats (2003, 2005 e 2006), Jack Johnsson, Black Eyed Peas, eventos de musica Gospel (Michael W. Smith) rodeios como Jaguariúna e Araçatuba, Boteco Bohemia e mais recentemente uma parceria com a Grey Brasil e Emilio Kalil para a venda de ingressos de eventos culturais a serem realizados em São Paulo. O primeiro Evento nesta linha foi o Dinos na Oca, com um público de mais de 500.000 pessoas.

Este ano a Ingresso Fácil foi contratada para a comercialização de ingressos da turnê do grupo RBD em 13 cidades diferentes com um publico de 500.000 pessoas e faturamento de R\$ 25 milhões. Também foi renovado o contrato com as Casas Bahia para operar a troca de aproximadamente 600.000 ingressos em 64 pontos de venda para o evento 100 anos de magia da Disney.

SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

PDV – Terminais de venda de ingressos contando com a presença de operador (PDV). Estas máquinas estão distribuídas principalmente nos grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Paraná, Bahia, Santa Catarina e oferece aos clientes:

- Informação dos eventos;
- Venda de ingressos com impressão automática;
- Ingresso Personalizado;
- Número de venda, data e equipamento;.
- CALL CENTER – 400 FACIL; e
- Internet – venda por site www.ingressoFacil.com.br

VANTAGENS QUALITATIVAS DO SISTEMA INGRESSO FÁCIL

Através do software de venda, a Ingresso Fácil fornece a seus clientes uma prestação de serviço diferenciada e específica para controle de venda de ingressos para partidas de futebol, tais como,

- Controle de Meia Entrada – através de seu sistema é possível controlar *on line* que seja vendido somente 1 ingresso por pessoa devidamente habilitada, aumentando conseqüentemente a receita bruta do jogo.
- Ingresso Personalizado – Os ingressos são como uma certidão de nascimento onde consta o nome do comprador, data, equipamento e número de venda e série para cada compra. Com isto, é possível rastrear a origem dos ingressos que estejam por ventura em mãos de pessoas não habilitadas.

INGRESSO FÁCIL

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

- Transparência – Através de senha específica o produtor/proprietário do espaço pode acompanhar em tempo real a performance da venda de seus ingressos.
- Cumprimento total da Lei 10.671 – Estatuto do Torcedor, evitando multas e problemas com o Procon e órgãos estaduais e federais.
- Cambistas – Seu sistema permite, através do CPF, que se limite o número de ingressos vendidos por pessoa, diminuindo em muito a atuação dos cambistas.

BWA

Empresa líder no mercado de gerenciamento de acesso (catracas eletrônicas e confecção de ingressos magnéticos ou em papel de segurança)

a) SISTEMA INTEGRADO DE ACESSO BWA

- Catracas Robustas;
- No-break interno;
- Totalmente blindadas;
- Display (visor) informativo de status de operação;
- Especialmente desenvolvida para grandes públicos;
- Ingressos codificados contra falsificações;
- Gráfica de Segurança; e
- Ingressos decodificados somente por nossas catracas.

b) CATRACAS BWA – SISTEMA DE ACESSO

- Catraca unidirecional com gabinete, tipo balcão, leitor magnético, com possibilidade de retenção ou devolução de ingresso, compartimento lacrado com saco de lona e porta chaveada, com display de mensagens, lâmpadas sinalizadoras e sinal sonoro. Operação *on-line*. *No-break* individual por catraca.

c) SISTEMA SMART STADIUM

- Software específico para controle de arrecadação e bilheteria, de forma a propiciar controle de vendas por operador/bilheteria e pontos de venda.
- Sistemas totalmente integrados, permitindo controles e relatórios a qualquer momento para controles financeiros, previsão de vendas e lotação, preservando-se sempre a lotação do evento.
- Permite acesso *on-line* do controle de público que entra pelas catracas.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA INGRESSO FÁCIL PRÉ-VENDA E VENDA DE INGRESSOS LTDA.

Walter Balsimelli Neto.....50% do capital social total
Bruno Balsimelli.....50% do capital social total

Breve Histórico da Baker Tilly Brasil

A Baker Tilly Brasil é uma empresa que há 13 anos oferece a seus clientes a competência técnica das grandes empresas de auditoria e consultoria em negócios, com o atendimento personalizado das *boutiques* de serviços especializados. Trata-se de uma organização singular porque combina os recursos e a competência esperada de uma grande organização internacional, com todas as vantagens de um relacionamento intenso e adaptado às exigências específicas dos clientes que somente uma empresa com atuação customizada pode proporcionar.

Com uma equipe de profissionais altamente capacitados, a Baker Tilly Brasil se tornou uma referência em excelência técnica na última década, atuando nas áreas de Auditoria; Consultoria; Tributária; e *Outsourcing*.

Entre seus clientes incluem-se desde as maiores empresas brasileiras e internacionais até empresas familiares.

A Baker Tilly Brasil é associada à Baker Tilly International, uma prestigiada rede internacional de empresas de auditoria e consultoria sediada em Londres, com escritórios em todo o mundo, criada para oferecer soluções globais a empresas em fase de crescimento, permitindo adicionar à presença local uma cobertura internacional que ajuda as empresas em crescimento a se adaptarem às mudanças de mercado e aproveitarem as oportunidades para prosperar, em todo o mundo.

Osvaldo Roberto Nieto, sócio da Baker Tilly Brasil, é o coordenador da Baker Tilly International para a América Latina e um dos cinco membros do Comitê Executivo da organização.

Ao utilizar os serviços da Baker Tilly Brasil, os clientes passam a contar com a experiência de mais de 17 mil profissionais distribuídos entre 67 países ao redor do globo.

Breve Histórico do Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão

O grupo Deutsche Bank atua no Brasil desde agosto de 1911. Na ocasião, o "Deutsche Überseeische Bank" ou Banco Alemão Transatlântico, como era conhecido, operava como banco comercial, estabelecendo sua sede no Rio de Janeiro. Pouco tempo depois foram abertas novas filiais em São Paulo e Santos. Após o fechamento temporário, durante a Primeira Guerra Mundial, essas filiais foram reabertas e o Banco continuou sua expansão, inaugurando uma nova agência em Curitiba. Com a fusão do Deutsche Bank com a "Disconto-Gesellschaft AG" foram incorporadas ao banco, através da assunção do "Brasilianische Bank für Deutschland" em 1930 duas outras filiais, em Porto Alegre e Salvador. No decorrer da Segunda Guerra Mundial, as seis filiais do Banco Alemão Transatlântico foram novamente fechadas. A reabertura ocorreu a partir da recuperação de uma carta-patente em 1968, na praça de São Paulo. Após a incorporação completa do "Deutsche Überseeische Bank" em 1978, o Deutsche Bank passou a atuar no Brasil sob seu próprio nome.

Desde 18 de março de 1994 o Deutsche Bank atua como subsidiária independente no Brasil, sob o nome de Deutsche Bank S.A. No início de outubro de 1994 o Deutsche Bank S.A. recebeu a licença para atuar como banco múltiplo. Nos últimos anos, o Deutsche Bank implementou uma estrutura bancária de atacado focalizada nos clientes para fornecer e organizar financiamento, aconselhar na administração de riscos e executar estratégias financeiras, além de prover serviços de gerenciamento de investimentos internacionais. De acordo com o foco no negócio orientado por taxas e produtos internacionais, nossos clientes alvo são basicamente companhias multinacionais, grandes empresas com responsabilidades financeiras que necessitem de soluções internacionais, estatais com necessidades de banco de investimento e operações internacionais e instituições financeiras.

O Deutsche Bank ocupa uma posição de custodiante global, ocupando a 4ª posição dentre os maiores provedores desse serviço, com ativos totais sob custódia no valor de USD 4,0 trilhões (quatro trilhões de dólares). Presta esse serviço na Europa, na Ásia e também nas Américas.

Atende globalmente mais de 8.000 clientes, oferecendo-lhes acesso a mais de 90 mercados de títulos. Essa presença mundial, juntamente com a gama de serviços oferecidos, possibilita aos clientes administrar seus ativos globais através desta rede mundial do Deutsche Bank, que oferece além do serviço de custódia global, custódia regional e local.

Breve Histórico da Austin Rating

A Austin Rating é uma agência classificadora de risco de crédito de origem brasileira. Foi a primeira empresa nacional a conceder *ratings* no Brasil. Além do pioneirismo na classificação de risco de crédito, a empresa se caracteriza pelo desenvolvimento de metodologia própria, a qual adapta padrões internacionais ao mercado financeiro nacional e suas particularidades.

A credibilidade da Austin Rating junto ao mercado foi construída ao longo dos seus 20 anos de atuação no Brasil. Nesse período, a agência teve a oportunidade de acompanhar os momentos decisivos da economia nacional e internacional e de suas implicações sobre empresas nacionais e, principalmente, instituições financeiras, destacando-se pela segurança e pela independência de suas opiniões. Hoje, a Austin é a empresa mais solicitada pela mídia quando o assunto é bancos e mercado financeiro.

A manutenção da profunda confiança adquirida exige que a Austin Rating esteja permanentemente realizando investimentos na formação e atualização de seus profissionais, os quais ocorrem sob a forma de cursos nas melhores escolas de economia e finanças, palestras e eventos promovidos pelo mercado financeiro e intercâmbio de conhecimento com estudantes e profissionais de universidades nacionais e estrangeiras. A soma dos investimentos se reproduz em uma equipe de analistas altamente qualificada, a qual garante uma qualidade cada vez maior no processo analítico e das opiniões concedidas pela agência.

TRIBUTAÇÃO

Tributação Aplicável aos Quotistas

Tributação Aplicável ao FUNDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TRIBUTAÇÃO

Com base na legislação em vigor no Brasil na data deste Prospecto, esta seção traz as regras gerais de tributação aplicáveis ao FUNDO e aos quotistas. Alguns quotistas podem estar sujeitos à tributação específica, dependendo de sua qualificação ou localização. Os investidores não devem considerar unicamente as informações contidas nesta seção para fins de avaliar o investimento em quotas do FUNDO, devendo consultar seus próprios assessores quanto à tributação específica que sofrerá enquanto quotista do FUNDO.

Tributação Aplicável aos Quotistas

O FUNDO tem como objetivo proporcionar aos seus quotistas uma estrutura que permita a incidência de uma baixa carga tributária, de acordo com a legislação atualmente aplicável. Para tanto, o FUNDO dedicará esforços em buscar enquadramento como "fundo de investimento de longo prazo".

IOF

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, inclusive amortização (Data de Amortização, Data de Resgate, término do Prazo de Duração ou liquidação do FUNDO), cessão (negociação no mercado secundário) ou repactuação das quotas (se houver), limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02 (quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual fixado para limite do pagamento do imposto), sendo tal percentual igual a 0% (zero por cento) para os títulos ou valores mobiliários cedidos, repactuados ou resgatados no prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com quotas do FUNDO, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% (zero por cento) do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do poder executivo, até o percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os investimentos no FUNDO estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras:

- (i) Considerando que a GESTORA buscará manter a carteira do FUNDO de maneira que o FUNDO seja classificado como "fundo de investimento de longo prazo", os rendimentos auferidos no resgate das quotas devem ser tributados pelo imposto de renda na fonte segundo as alíquotas decrescentes de:
 - (a) 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento), em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;
 - (b) 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo acima de 180 (cento e oitenta) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias;
 - (c) 17,5% (dezessete vírgula cinco por cento), em aplicações com prazo acima de 360 (trezentos e sessenta) até 720 (setecentos e vinte) dias; e
 - (d) 15% (quinze por cento), em aplicações com prazo acima de 720 (setecentos e vinte) dias.
- (ii) Caso, não obstante a intenção da GESTORA, a carteira de títulos do FUNDO (excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios) tenha prazo médio inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a tributação será segundo as alíquotas decrescentes de (a) 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento), em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, e (b) 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo acima de 180 dias.

Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

Segundo a Lei n.º 10.892/04, as aplicações em quotas de fundos de investimento realizadas no âmbito da conta-investimento, a partir de 1º de outubro de 2004, estão sujeitas à alíquota zero da CPMF. Entretanto, os recursos movimentados pelos quotistas para a conta-investimento estão sujeitos à tributação pela CPMF à alíquota de 0,38%.

Exceções e Outras Incidências

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos e ganhos decorrentes das aplicações em quotas do FUNDO, dependendo da forma de tributação a que cada quotista estiver sujeito.

Tributação Aplicável ao FUNDO

IOF

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do FUNDO estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos à alíquota zero.

Imposto de Renda

A atual legislação fiscal estabelece que a Carteira do FUNDO é isenta do imposto de renda.

Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

A atual legislação fiscal estabelece que as operações realizadas pelo FUNDO, desde que relacionada em Portaria expedida pelo Ministro da Fazenda, estão sujeitas à incidência de Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF à alíquota zero.

Outras Incidências

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o FUNDO.

PERIÓDICOS DESTINADOS ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PERIÓDICOS DESTINADOS ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO

Diário Mercantil

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ATENDIMENTO AO QUOTISTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ATENDIMENTO AO QUOTISTA

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o FUNDO e a distribuição de suas quotas poderão ser obtidas junto à Administradora, em sua respectiva sede. Eventuais reclamações, dúvidas e sugestões podem ser endereçadas para a sede da Administradora, conforme informações abaixo:

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Endereço: Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar

Centro, Rio de Janeiro, RJ.

Contato: Carla Lopes

e-mail: fidc@mellonbrasil.com.br

Home Page: <http://www.mellonbrasil.com.br>

Tel: (21) 3974-4500

Fax: (21) 3974-4501

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

Anexo I - Regulamento do Fundo

Anexo II - Relatório de *Rating*

Anexo III - Contrato de Cessão dos Direitos Creditórios

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo I

Regulamento do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Este Anexo é parte integrante do "Prospecto da 1ª Distribuição de Quotas do Ingresso Fácil Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Notas Promissórias"

**REGULAMENTO DO
INGRESSO FÁCIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
– NOTAS PROMISSÓRIAS**

CAPÍTULO I - DO FUNDO

Artigo 1º - O INGRESSO FÁCIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – NOTAS PROMISSÓRIAS, doravante denominado FUNDO, é um FUNDO de Investimento em Direitos Creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo determinado de duração, regido pelo presente regulamento (o “Regulamento”) e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo Primeiro - Somente podem participar, na qualidade de condôminos do FUNDO, pessoas físicas ou jurídicas que na data da integralização ou aquisição das respectivas quotas, sejam consideradas investidores qualificados, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo Segundo – O FUNDO é do segmento financeiro, uma vez que é lastreado em Notas Promissórias, conforme o disposto no Artigo 24 abaixo, que versa sobre o objetivo do FUNDO.

Parágrafo Terceiro - No âmbito deste Regulamento, serão consideradas as seguintes definições, salvo se outro significado lhes for expressamente atribuído pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e alterações posteriores (a “Instrução 356”) e respectiva regulamentação aplicável, cujas demais definições são, por referência, aqui adotadas:

Agência Classificadora de Risco	Empresa contratada para a classificação de risco das quotas do FUNDO.
Bilheteria	Qualquer local em que se vendam os Ingressos. Para os fins deste Regulamento, entende-se como Bilheteria também “sites” da Rede Mundial de Computadores – Internet, que vendam os Ingressos.
Cliente Interessado	Organizador de Eventos interessado em celebrar Contratos de Compra e Venda de Ingressos com a Originadora.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Direitos Creditórios Elegíveis	Direitos Creditórios (a) que atendem às Condições de Aquisição e Critérios de Elegibilidade definidos neste Regulamento e (b) que sejam notas promissórias emitidas por Organizadores de Eventos.
Emissor	Emissor das Notas Promissórias – Organizadores de Eventos
Endossante	Endossante das Notas Promissórias - Originadora

Eventos:	Quaisquer acontecimentos (festas, espetáculos, comemorações, solenidades, etc.) ou quaisquer serviços (de transporte urbano e/ou rodoviários), cujo acesso ou utilização estejam condicionados à venda ou distribuição de Ingressos a título oneroso, organizados por especialistas, com objetivos institucionais, comunitários, promocionais ou públicos, e que se enquadrem em qualquer uma das seguintes categorias: (i) eventos em geral, tais como eventos esportivos (futebol, voleibol, basquetebol, tênis, handebol, corridas automobilísticas e motociclísticas, corridas de cavalos, hipismo, etc), culturais (teatros, cinemas, exposições, etc.), recreativos (casas noturnas, casas de espetáculos, shows, carnaval, rodeios, parques temáticos, etc.); (ii) eventos educacionais (congressos, seminários, convenções, etc); (iii) eventos comunitários e beneficentes; (iv) transportes urbanos (ônibus, metrô, trem, etc) e/ou rodoviário; e (v) quaisquer outros eventos ou serviços destinados ao público em geral cujo acesso esteja condicionado à venda ou distribuição de Ingressos a título oneroso.
Ingressos	Quaisquer instrumentos que dêem direito à pessoa física de entrar/ingressar nos Eventos, permitindo, assim, o acesso, pelo público-alvo, beneficiários, destinatários ou usuários finais, aos Eventos, ou à utilização desses Eventos, independentemente do nome dado aos referidos instrumentos. Exemplos de nomes que podem ser dados a esses instrumentos: bilhetes, ingressos, passagens, entradas, convites, etc;
Notas Promissórias	Título representativo dos Direitos Creditórios Elegíveis.
Organizadores de Eventos	Clubes, Federações, Ligas, Agentes, Feiras, dentre outros. que organizem Eventos
Originadora	Originadora e Cedente dos Direitos Creditórios – Ingresso Fácil Pré-Venda e Venda de Ingressos Ltda.
Renda Bruta dos Eventos	O Somatório dos valores obtidos com a venda dos Ingressos ao público-alvo, obtido mediante a multiplicação do número de Ingressos pelo preço de venda desses Ingressos.

CAPÍTULO II – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

Artigo 2º- O FUNDO terá prazo de duração de 5 (cinco) anos contados a partir da data de início das suas atividades, assim entendida a data em que ocorrer a primeira integralização de quotas seniores da primeira série do FUNDO.

Parágrafo Primeiro – O prazo de duração do FUNDO poderá ser prorrogado por igual período por deliberação dos quotistas reunidos em Assembléia Geral convocada para esta finalidade.

Parágrafo Segundo - O FUNDO poderá apresentar séries de quotas com prazos e regras de amortização distintas dentro do prazo estabelecido no *caput*.

Parágrafo Terceiro – As quotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do FUNDO, ou em virtude de sua liquidação antecipada, respeitadas as amortizações previstas no Artigo 44 e seguintes deste Regulamento.

Parágrafo Quarto – Na hipótese do prazo estabelecido neste capítulo encerrar-se em dia não útil, a liquidação do FUNDO será efetuada no 1º (primeiro) dia útil subsequente.

CAPÍTULO III – DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 3º - A atividade de administração do FUNDO e colocação de suas quotas serão exercidas pela **MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede no Rio de Janeiro, RJ, na Av. Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.201.501/0001-61 (a “Administradora”).

Parágrafo Único - A Administradora contratou para o serviço de gestão da carteira do FUNDO que não estiver alocada em Direitos Creditórios, nos termos do Artigo 25 deste Regulamento, a **MELLON GLOBAL INVESTMENTS BRASIL S/C LTDA.**, com sede no Rio de Janeiro, RJ, na Av. Almirante Barroso, nº 52, sala 3301 - parte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.236.848/0001-38 (a “Gestora”).

Artigo 4º - A Administradora, observadas as limitações legais e da Instrução 356, e deste Regulamento, terá amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do FUNDO e para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que integrem a carteira do FUNDO, inclusive o de ação.

Parágrafo Primeiro - A Administradora e a Gestora, respeitado o disposto neste Regulamento, poderão livremente contratar quaisquer operações para a composição da carteira do FUNDO onde figurem como contraparte a Administradora ou a Gestora, as empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias da Administradora e da Gestora ou, ainda, quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados ou geridos pela Administradora ou pelas demais pessoas acima referidas. Todas as informações relativas às operações referidas neste Parágrafo serão objeto de registros analíticos segregados.

Parágrafo Segundo – Desde que observadas as regras estabelecidas para a aquisição dos Direitos Creditórios, especialmente aquelas estabelecidas no Artigo 9º, Parágrafo Segundo e Parágrafo Terceiro, e Artigo 27, Parágrafo Primeiro e Parágrafo Segundo deste Regulamento, a Administradora poderá adquirir Direitos Creditórios cujos cedentes sejam a Consultora de que trata o Artigo 9º, ou ainda as empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias da Consultora.

Artigo 5º - Incluem-se entre as obrigações da Administradora:

I - manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do FUNDO;
- b) o registro dos quotistas;
- c) o livro de atas de Assembléias Gerais;
- d) o livro de presença de quotistas;
- e) o Prospecto do FUNDO;
- f) os demonstrativos trimestrais do FUNDO;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao FUNDO; e
- h) os relatórios do auditor independente.

II - receber quaisquer rendimentos ou valores do FUNDO diretamente ou por meio de instituição contratada;

III - entregar ao quotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do FUNDO, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada, que será o jornal "Diário Mercantil";

IV - divulgar, anualmente, no periódico utilizado para divulgações do FUNDO, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem suas quotas, o valor do patrimônio líquido do FUNDO, o valor da quota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo FUNDO;

V - custear as despesas de propaganda do FUNDO;

VI - fornecer anualmente aos quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII - sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o FUNDO; e

VIII - providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do FUNDO ou dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO.

Parágrafo Único - A divulgação das informações previstas no inciso IV deste Artigo pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do administrador designado nos termos do art. 8º da Instrução 356 pela regularidade na prestação dessas informações.

Artigo 6º - É vedado à Administradora:

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo FUNDO, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;

II - utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo FUNDO; e

III - efetuar aportes de recursos no FUNDO, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de quotas deste.

Parágrafo Primeiro - As vedações de que tratam os incisos I a III deste Artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.

Parágrafo Segundo - Excetua-se do disposto no parágrafo anterior os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes da carteira do FUNDO.

Artigo 7º - É vedado à Administradora, em nome do FUNDO:

I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos previstas no Artigo 25, Parágrafo Primeiro e Segundo deste Regulamento;

II – realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução 356;

III – aplicar recursos diretamente no exterior;

IV – adquirir quotas do próprio FUNDO;

V – pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução 356;

VI – vender quotas do FUNDO a prestação;

VII – vender quotas do FUNDO a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos Creditórios ao FUNDO, exceto quando se tratar de quotas subordinadas;

VIII – prometer rendimento predeterminado aos quotistas;

IX – fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X – delegar poderes de gestão da carteira do FUNDO, ressalvado o disposto no Artigo 39, inciso II, da Instrução 356;

XI – obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos previstas no Artigo 25, Parágrafo Primeiro e Segundo deste Regulamento;

XII – efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos previstas no Artigo 25, Parágrafo Primeiro e Segundo deste Regulamento.

CAPÍTULO IV – DA CONSULTORIA ESPECIALIZADA

Artigo 8º - A Administradora contará com os serviços de consultoria especializada para a avaliação e seleção dos Direitos Creditórios, nos termos do Artigo 39, inciso I da Instrução 356.

Artigo 9º- Os serviços de consultoria especializada para a avaliação e seleção dos Direitos Creditórios serão prestados pela INGRESSO FÁCIL PRÉ-VENDA E VENDA DE INGRESSOS LTDA., com sede na Alameda Mamoré n. 535, sala 1201, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n. 04.387.518/0001-80 (a “Consultora”).

Parágrafo Primeiro - A Consultora será responsável, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Especializada, celebrado entre a Administradora, a Gestora e a Consultora (o “Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Carteira e Consultoria Especializada”), pelos serviços de consultoria especializada para a avaliação e seleção dos Direitos Creditórios, incluindo, mas não se limitando a (i) elaborar o laudo de avaliação dos Direitos Creditórios nos termos do Parágrafo Segundo deste Artigo e do Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Carteira e Consultoria Especializada (o “Laudo de Avaliação”); (ii) prestar serviços de consultoria no segmento dos Organizadores de Eventos, emissores dos Direitos Creditórios que poderão vir a ser adquiridos pelo FUNDO; e (iii) realizar a avaliação da demanda de Ingressos para o Evento com o objetivo de selecionar os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo FUNDO.

Parágrafo Segundo – O Laudo de Avaliação deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- (i) prazos e valores dos Direitos Creditórios;
- (ii) razão, expressa na forma de percentual, do valor do Direito Creditório em relação ao Patrimônio Líquido do FUNDO;
- (iii) elementos suficientes para a realização de uma análise adequada acerca da capacidade econômica e financeira do Organizador de Eventos, devedor do Direito Creditório, e correta avaliação dos riscos envolvidos na aquisição dos Direitos Creditórios;
- (iv) recomendação do preço de aquisição do Direito Creditório, devidamente fundamentada, levando em consideração, no mínimo, a avaliação do risco de crédito do Organizador de Eventos, com histórico dos registros de inadimplemento eventualmente existentes em sistemas de registros públicos ou privados de informações disponíveis, e a exequibilidade do Direito Creditório cuja aquisição esteja sendo sugerida (o “Preço de Aquisição”);
- (v) descrição detalhada da forma e critérios utilizados para cálculo do Preço de Aquisição;
- (vi) relatório estatístico fundamentado sobre a frequência histórica de usuários finais aos Eventos e resultados financeiros efetivos obtidos com a realização dos Eventos, preparado por fonte confiável e fidedigna, se possível oficial, tais como federações e confederações esportivas ou de outros segmentos aos quais os Eventos se refiram, empresas prestadoras de serviço que atuem no setor de entretenimento e realização de eventos que arrecadam recursos através da venda de Bilheteria ou Ingressos em geral, etc, a fim de avaliar os riscos envolvidos na aquisição dos Direitos Creditórios.

Parágrafo Terceiro – O Laudo de Avaliação deverá ser submetido ao Comitê de Investimentos a que se refere o Capítulo V abaixo, por meio de proposta de aquisição de Direitos Creditórios (a “Proposta de Aquisição”) para aprovação.

Parágrafo Quarto – O Laudo de Avaliação deverá ser reavaliado pela Consultora sempre que solicitado pela Administradora.

Parágrafo Quinto – O Comitê de Investimentos, a que se refere o Capítulo V *infra*, deverá realizar a revisão periódica, avaliação e aprovação da reavaliação do Laudo de Avaliação realizada nos termos do Parágrafo Quarto acima.

CAPÍTULO V – DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Artigo 10 - A Administradora e a Gestora contarão, sem se eximir de quaisquer responsabilidades assumidas em razão de suas atividades, para a gestão da carteira do FUNDO, com um comitê de investimentos (o “Comitê de Investimentos”), que terá as responsabilidades e poderes definidos nos parágrafos abaixo.

Artigo 11- Somente serão admitidos Direitos Creditórios aprovados por unanimidade pelo Comitê de Investimentos, o qual será formado por 1 (um) membro indicado pela Administradora e 1 (um) membro indicado pela Consultora. Foram indicados para ocupar o cargo do Comitê de Investimentos os seguintes representantes: Fernando Marcos Silva, casado, engenheiro, identidade nº 4.318.397-9, inscrito no CPF sob o nº 675280828-72, residente à Rua Jesuíno Arruda, 325, apto 11, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, indicado pela Consultora, e Marcos Antonio de Oliveira, brasileiro, casado, identidade nº 13.968.016, inscrito no CPF sob o nº 022.267.698-11, com domicílio comercial à Rua Iguatemi, 192 cj 243, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, indicado pela Administradora.

Parágrafo Primeiro – O Comitê de Investimentos somente poderá aprovar a aquisição de Direitos Creditórios que tiverem sido objeto de Laudo de Avaliação e Proposta de Aquisição.

Parágrafo Segundo – Os membros do Comitê de Investimentos atuarão de forma independente (a) tanto no desempenho de suas funções, mencionadas no Artigo 12 deste Regulamento, (b) quanto nas deliberações e aprovações que lhe cabem, por força do disposto no caput do Artigo 13 deste Regulamento, que impõe que o Comitê de Investimentos só poderá dar parecer favorável a uma dada aquisição de Direitos Creditórios ao FUNDO se essa decisão se der por unanimidade de seus membros. Isso significa dizer que nenhum dos membros do Comitê de Investimentos pode, individualmente, aprovar a aquisição de Direitos Creditórios ao FUNDO.

Artigo 12 - O Comitê de Investimentos terá como funções básicas:

- I - acompanhar as atividades da Administradora e da Gestora na prestação de suas obrigações referentes ao FUNDO;
- II - acompanhar as diretrizes de investimento e desinvestimento do FUNDO, inclusive a respeito da alienação de ativos;
- III - analisar o Laudo de Avaliação, podendo recusar a Proposta de Aquisição nos termos previstos no Parágrafo Terceiro do Artigo 9º deste Regulamento;
- IV – analisar se os Direitos Creditórios atendem às Condições de Aquisição estabelecidas no Parágrafo Primeiro do Artigo 27 e às demais disposições deste Regulamento;
- V – aprovar a aquisição de Direitos Creditórios pelo FUNDO, conforme previsto neste Regulamento;
- VI – realizar a revisão periódica, avaliação e aprovação da reavaliação do Laudo de Avaliação realizada nos termos do Artigo 9º, Parágrafo Quinto deste Regulamento;
- VII - supervisionar a “performance” do FUNDO através dos relatos da Gestora acerca do desempenho dos ativos integrantes da carteira de aplicações; e
- VIII - propor a convocação de quotistas para se reunirem em assembléia geral, para modificações no Regulamento do FUNDO.

Artigo 13 - Observados os termos e condições deste Regulamento e da Instrução 356, a Administradora deverá submeter ao Comitê de Investimentos, o qual deverá aprovar por unanimidade, a tomada das seguintes medidas:

a) celebração ou realização de qualquer acordo, transação, ato de alienação, de cessão, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Direitos Creditórios oponíveis a Organizadores de Eventos devedores inadimplentes. Quaisquer dos negócios jurídicos acima referidos deverá ser realizado pela Administradora por conta e ordem do FUNDO, sempre a observar os direitos, interesses e prerrogativas dos quotistas; e

b) constituição de procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes do FUNDO, sendo que todas as procurações outorgadas pela Administradora, em nome do FUNDO, não poderão ter validade superior a 12 (doze) meses, contada da data de sua outorga, com exceção às procurações com fins judiciais, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica.

Artigo 14 - A prática de todo e qualquer ato necessário à implementação das decisões do Comitê de Investimentos será sempre de responsabilidade da Administradora e da Gestora, conforme o caso. Não obstante, a Administradora sempre terá o direito de veto sobre as decisões tomadas pelo Comitê de Investimentos.

Artigo 15 - O Comitê de Investimentos reunir-se-á na Capital do Estado de São Paulo, sempre que exigirem os interesses, por convocação de qualquer membro, devendo a convocação ocorrer através de carta, com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência.

Parágrafo Único - As reuniões do Comitê de Investimentos poderão ocorrer somente com a presença de todos os seus membros.

Artigo 16 - É vedado aos membros do Comitê de Investimentos, exclusivamente no desempenho das funções estabelecidas nos termos deste Capítulo, receberem do FUNDO remuneração a qualquer título.

CAPÍTULO VI – DO CUSTODIANTE

Artigo 17 - As atividades de custódia e controladoria do FUNDO previstas nos Artigos 38 e 39 da Instrução 356 e a escrituração das quotas serão exercidas pelo Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, com sede Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Alexandre Dumas, 2200, 1º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11 (o “Custodiante”).

Parágrafo Primeiro - O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

I - receber e analisar a documentação que evidencie os Direitos Creditórios;

II - validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Parágrafo Segundo do Artigo 27 deste Regulamento;

III - realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios;

IV - fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO;

V - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos Creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo FUNDO e órgãos reguladores;

VI - cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos; e

VII – efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios inadimplentes, podendo inclusive, sob sua responsabilidade, iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos Direitos Creditórios, aos ativos financeiros, às demais modalidades operacionais integrantes da carteira do FUNDO ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos.

Parágrafo Segundo – A Originadora será a fiel depositária de todos os documentos relacionados aos Direitos Creditórios, nos termos e para os efeitos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se pela sua guarda em nome do Custodiante e do Fundo durante o prazo de duração do Fundo. A Originadora desde já se compromete a entregar, no prazo de 2 dias úteis contados de solicitação da Administradora ou do Custodiante neste sentido, quaisquer documentos que servem de lastro para os Direitos Creditórios.

CAPÍTULO VII – DA RENÚNCIA E SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA

Artigo 18 - A Administradora, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada quotista, pode renunciar à administração do FUNDO, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral de quotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação desse, nos termos da Instrução 356.

Artigo 19 - A Administradora do FUNDO poderá ser substituída na Assembléia Geral de quotistas, nos termos do disposto no Artigo 31 deste Regulamento.

Parágrafo Único - Nas hipóteses de renúncia e substituição da Administradora e de liquidação do FUNDO, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

Artigo 20 - No caso de decretação de intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora, deve automaticamente ser convocada assembléia geral de quotistas, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua decretação, para:

I - nomeação de Representante de quotistas; e

II - deliberação acerca de:

a) substituição da Administradora, no exercício das funções de administração do FUNDO; ou

b) pela liquidação antecipada do FUNDO.

CAPÍTULO VIII – DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA

Artigo 21 - A Administradora receberá pelos serviços de administração do FUNDO Taxa de administração equivalente a 2% (dois por cento) ao ano, incidentes sobre o patrimônio líquido do FUNDO.

Parágrafo Primeiro - A taxa de administração é calculada por dia útil, com base na percentagem referida neste Artigo 21 sobre o patrimônio líquido diário do FUNDO. Esta remuneração será provisionada diariamente e paga mensalmente à Administradora até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

Parágrafo Segundo - A Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo FUNDO aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração.

Parágrafo Terceiro - A Administradora poderá, temporariamente, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, renunciar total ou parcialmente à taxa de administração devida.

Artigo 22 - Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por dia útil qualquer dia da semana exceto sábados, domingos, feriados de âmbito nacional ou, ainda, dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário nacional.

Artigo 23 - O FUNDO não possui taxa de ingresso nem taxa de saída.

CAPÍTULO IX - OBJETIVO, POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 24 - É objetivo do FUNDO proporcionar aos quotistas a valorização de suas quotas, por meio da aplicação preponderante dos seus recursos na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis originados no segmento financeiro, representados por Notas Promissórias, oriundos de Contratos de Compra e Venda de Ingressos celebrados entre a Originadora e os Organizadores de Eventos.

Parágrafo Primeiro - A primeira série de quotas seniores do FUNDO possui um *benchmark* de rentabilidade, no médio e longo prazo, de 115% (cento e quinze por cento) da taxa dos Depósitos Interfinanceiros (“DI”) de 1 (um) dia - “over extragrupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP.

Parágrafo Segundo - Para tanto, após 90 (noventa) dias do início das atividades, o FUNDO alocará, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seus recursos na aquisição de Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade e Condições de Aquisição definidos neste Regulamento.

Parágrafo Terceiro - No entanto, fica esclarecido que não existe qualquer promessa do FUNDO, da Administradora, da Gestora, do Custodiante e de quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do FUNDO.

Parágrafo Quarto - As operações de aquisição dos Direitos Creditórios para o FUNDO deverão atender às Condições de Aquisição e Critérios de Elegibilidade definidos neste Regulamento.

Parágrafo Quinto - As operações de aquisição dos Direitos Creditórios para o FUNDO deverão ser realizadas necessariamente com base em regras e condições estabelecidas neste Regulamento e somente serão admitidos à carteira do FUNDO:

I – Direitos Creditórios que, na forma do Artigo 11 e seus Parágrafos Primeiro e Segundo, tiverem sido:

- i) aprovados por unanimidade pelo Comitê de Investimentos;
- ii) objeto de Laudo de Avaliação, e;
- iii) objeto de Proposta de Aquisição.

II – Direitos Creditórios que atendam, nos termos do Parágrafo Quarto deste Artigo 24, às Condições de Aquisição e aos Critérios de Elegibilidade previstos neste Regulamento.

Artigo 25 - A parcela do patrimônio líquido do FUNDO que não estiver alocada em Direitos Creditórios será aplicada, isolada ou cumulativamente, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- c) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; e
- d) fundos de renda fixa, administrados ou não pela Administradora, que apliquem preponderantemente nos ativos listados em “a”, “b” e “c” acima.

Parágrafo Primeiro - O FUNDO poderá realizar operações em mercados derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas (“hedge”).

Parágrafo Segundo - Para efeito do disposto no parágrafo acima:

I - as operações podem ser realizadas tanto em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, quanto no de balcão, nesse caso desde que devidamente registradas em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil; e

II - devem ser considerados, para efeito de cálculo de patrimônio líquido do FUNDO, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

Parágrafo Terceiro - O FUNDO poderá, ainda, alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas cujo lastro sejam os títulos públicos.

Parágrafo Quarto - Todos os resultados auferidos pelo FUNDO serão incorporados ao seu patrimônio, de maneira que todos os quotistas deles participem proporcionalmente à quantidade de suas quotas.

Parágrafo Quinto - As aplicações do FUNDO devem estar representadas por ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observadas as condições, os limites e as restrições previstas na legislação vigente e neste Regulamento.

Artigo 26 - Não obstante a diligência da Administradora e da Gestora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do FUNDO estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo a Administradora e a Gestora mantendo sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o FUNDO e para o quotista.

Parágrafo Único - As aplicações realizadas no FUNDO não contam com garantia da Administradora, da Gestora ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

CAPÍTULO X - CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Artigo 27 - A aquisição de Direitos Creditórios depende da avaliação de crédito a ser executada na forma estabelecida no Artigo 28 deste Regulamento, que é baseada em critérios rigorosos, elaborados por equipe qualificada com reconhecido *know how* na avaliação dos riscos envolvidos.

Parágrafo Primeiro - Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo FUNDO devem atender cumulativamente às seguintes condições de aquisição (as “Condições de Aquisição”), as quais serão verificadas pelo Comitê de Investimentos, conforme previsto no Artigo 12, item IV deste Regulamento, antes da aprovação da aquisição dos Direitos Creditórios:

- (a) devem ser Notas Promissórias, representativas de créditos decorrentes e vinculados aos Contratos de Compra e Venda de Ingresso, celebrados entre os Organizadores de Eventos/Emissor e a Originadora/Endossante, emitidas por Organizadores de Eventos que gerarão obrigações individuais para os Organizadores de Eventos;
- (b) devem ser Notas Promissórias emitidas por Organizadores de Eventos que não apresentem, na data de aquisição pelo FUNDO, histórico de inadimplência, ou seja, não apresentem parcelas dos Contratos de Compra e Venda de Ingressos ou notas promissórias vencidas e não pagas;
- (c) devem ser Notas Promissórias emitidas por Organizadores de Eventos que organizem Eventos cujo acesso ou utilização estejam condicionados à venda ou distribuição de Ingressos a título oneroso;
- (d) devem ser Notas Promissórias emitidas por Organizadores de Eventos que organizem Eventos organizados por especialistas, com objetivos institucionais, comunitários, promocionais ou públicos;
- (e) devem ser Notas Promissórias emitidas por Organizadores de Eventos que organizem Eventos que se enquadrem em qualquer uma das seguintes categorias:
 - 1) Eventos em Geral;
 - 2) Eventos Educacionais;
 - 3) Eventos Comunitários e Beneficentes;
 - 4) Transportes Urbanos e/ou Rodoviário; e;
 - 5) Quaisquer outros eventos ou serviços destinados ao público em geral cujo acesso esteja condicionado à venda ou distribuição de Ingressos a título oneroso; e
- (f) devem ser Notas Promissórias emitidas por Organizadores de Eventos que organizem Eventos que poderão ser realizados em qualquer dos Estados do Território Nacional, bem como no Distrito Federal.

Parágrafo Segundo - Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo FUNDO deverão ser Notas Promissórias que atendam aos seguintes critérios (os “Critérios de Elegibilidade”), os quais serão validados pelo Custodiante, conforme estabelecido no Parágrafo Primeiro do Artigo 17 deste Regulamento:

- (a) tenham sido emitidas substancialmente na forma do Anexo I a este Regulamento por Organizadores de Eventos que tenham celebrado com a Originadora Instrumento Particular de Compra e Venda de Ingressos e Outras Avenças;
- (b) sejam representativas de dívida decorrente de Instrumento Particular de Compra e Venda de Ingressos e Outras Avenças devidamente celebrado entre a Originadora e Organizadores de Eventos; e
- (c) tenham sua aquisição aprovada pelo Comitê de Investimentos.

Parágrafo Terceiro – O percentual máximo de concentração do patrimônio líquido do FUNDO em Direitos Creditórios de um único Organizador de Eventos devedor, conjuntamente com quaisquer de suas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, coligadas, outras sociedades sob controle comum, é de 20% (vinte por cento).

Parágrafo Quarto - Na hipótese do Direito Creditório perder qualquer Condição de Aquisição ou Critério de Elegibilidade após sua aquisição pelo FUNDO, não haverá direito de regresso contra a Administradora ou contra a Gestora, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

Parágrafo Quinto - Os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo FUNDO ao seu valor de face, com taxa de desconto mínima correspondente a 125% (cento e vinte e cinco por cento) do CDI.

CAPÍTULO XI – POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Artigo 28 – A política de concessão de crédito e cobrança dos Direitos Creditórios é desenvolvida pela Consultora. Tal política leva em consideração dados objetivos e subjetivos com relação a cada Organizador de Eventos e é utilizada para a análise e concessão de crédito a todos os Organizadores de Eventos, novos e antigos, podendo ser sintetizada como sendo:

- (a) avaliação prévia da demanda de Ingressos para o Evento organizado pelo Organizador de Eventos, bem como de seu valor estimado, com base nos dados estatísticos a que se refere o item “b” abaixo, bem como em quaisquer outros indicadores que possam de forma apropriada, a critério da Consultora, permitir uma estimativa relativamente confiável acerca da venda dos Ingressos;
- (b) análise de dados estatísticos oficiais disponibilizados para cada segmento do Evento organizado pelo Organizador de Eventos;
- (c) no caso de eventos esportivos, análise do atual desempenho dos times, clubes e atletas nos campeonatos e competições esportivas, bem como número estimado de partidas, etc.;
- (d) análise da capacidade econômico-financeira e de crédito do Organizador de Evento;
- (e) pesquisa acerca da idoneidade e credibilidade do Organizador de Evento através de informações provenientes de fontes comerciais e bancárias ou de sistemas públicos ou privados de informações aos quais a Administradora e a Consultora tenham acesso;
- (f) taxa de desconto proposta para a realização da operação; e
- (g) prazos de pagamento dos valores devidos em função das obrigações assumidas com as contratações.

Parágrafo Primeiro - A cobrança e o recebimento dos pagamentos dos Direitos Creditórios serão efetuados pela Originadora até seu vencimento e repassados para o FUNDO em até 2 (dois) dias úteis, mediante depósito em conta corrente mantida junto ao Custodiante. Em caso de inadimplemento dos Organizadores de Eventos, a cobrança será realizada pelo FUNDO, através do Custodiante.

Parágrafo Segundo - Os procedimentos extrajudiciais ou judiciais necessários à cobrança dos devedores inadimplentes dos Direitos Creditórios serão realizados por sociedade a ser contratada pela Administradora, com a anuência do Custodiante, a qual deverá observar as diretrizes estabelecidas pela Administradora e pela Consultora em conjunto.

Parágrafo Terceiro - Os custos incorridos com os procedimentos extrajudiciais ou judiciais, mencionados no Parágrafo Segundo deste Artigo são de inteira e exclusiva responsabilidade do FUNDO, não estando a Administradora ou a Gestora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao FUNDO dos valores necessários à cobrança de tais Direitos Creditórios inadimplidos. A Administradora, a Gestora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados aos procedimentos de cobrança.

Parágrafo Quarto – Para os fins do disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso X do Artigo 24 da Instrução 356, sem prejuízo das informações constantes nos Parágrafos Sexto e Sétimo do Artigo 24 deste Regulamento, as Operações de aquisição pelo FUNDO podem assim ser sintetizadas:

- a) A Originadora celebra Contratos de Compra e Venda de Ingressos com os Organizadores de Eventos;
- b) Os Organizadores de Eventos emitem Notas Promissórias, cujos valores correspondem ao valor devido pelos Organizadores de Eventos e são equivalentes ao valor de face dos Ingressos adquiridos pela Originadora;
- c) A Originadora endossa e cede os direitos decorrentes das Notas Promissórias para o FUNDO; e
- d) A Originadora somente poderá endossar Nota Promissória ao FUNDO, caso tal endosso (i) tenha sido aprovado por unanimidade pelo Comitê de Investimentos; (ii) tenham sido objeto de Laudo de Avaliação; (iii) tenha sido objeto de Proposta de Aquisição, e; (iv) tenha atendido às Condições de Aquisição e aos Critérios de Elegibilidade previstos neste Regulamento;

Artigo 29 – As Notas Promissórias terão vencimento na data estabelecida em cada contrato celebrado com os Organizadores de Eventos, podendo ser quitadas em parte, ou em sua totalidade, antes da data de vencimento, com base na Renda Bruta dos Eventos, conforme previsto nos Contratos de Compra e Venda de Ingressos.

Parágrafo Único – Os valores auferidos pelo FUNDO a título de pagamento antecipado dos Direitos Creditórios serão aplicados de acordo com a política de investimento estabelecida neste Regulamento.

CAPÍTULO XII- DOS FATORES DE RISCO

Artigo 30 – Quanto aos riscos associados ao investimento no FUNDO, aos Direitos Creditórios e aos demais ativos integrantes da carteira do FUNDO, destacam-se, de forma não-exaustiva:

- (a) **Risco de falta de recursos para Amortização e pagamento de resgates:** As principais fontes de recursos do FUNDO para efetuar a amortização de suas quotas, em moeda corrente nacional, decorrem da liquidação dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes da carteira. Após o recebimento destes recursos e, conforme o caso, depois de esgotados todos os meios de cobrança judicial ou extrajudicial dos referidos ativos, o FUNDO poderá não dispor dos valores necessários para efetuar a amortização de suas quotas em moeda corrente nacional.
- (b) **Risco de Liquidez:** Consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do FUNDO nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a Administradora e a Gestora poderão encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o FUNDO, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar a Gestora a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortizações aos quotistas do FUNDO, nos valores solicitados e nos prazos contratados.
- (c) **Risco relacionado a fatores macroeconômicos e regulatórios:** Consiste no risco relativo aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro. Medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, controles do setor, mudanças legislativas, entre outras. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar nos negócios do FUNDO, bem como em sua condição financeira e seus resultados operacionais. Além disso, o Governo, a CVM, Banco Central do Brasil e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação dos setores de entretenimento e transporte ou outros relacionados aos Eventos ou ao próprio FUNDO, o que poderá dificultar e/ou diminuir a originação de Direitos Creditórios e, conseqüentemente, a rentabilidade do FUNDO.
- (d) **Risco de Descasamento:** Consiste no risco da Gestora não conseguir contratar operações de *swap* de taxas pré-fixadas por CDI – over, de forma a compatibilizar o *benchmark* do FUNDO com os Direitos Creditórios da carteira do FUNDO, contratados a taxas pré-fixadas ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do FUNDO podem ser insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as quotas, inclusive seniores.
- (e) **Risco de Derivativos:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do FUNDO, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos quotistas. Mesmo para o FUNDO, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um “hedge” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao FUNDO.

- (f) **Risco de Mercado:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do FUNDO, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das quotas e perdas aos quotistas.
- (g) **Risco de Crédito:** A carteira do FUNDO possui Direitos Creditórios, títulos públicos e instrumentos de derivativos que estão sujeitos ao risco de não pagamento por seus respectivos emissores, ou garantidores, se houver, ou da contraparte, conforme o caso. Conseqüentemente, pode ocorrer redução de ganhos ou até mesmo perda do capital investido na hipótese de não pagamento, pelos respectivos emissores ou garantidores, se houver, dos títulos públicos e dos Direitos Creditórios, dos rendimentos e/ou valor do principal dos ativos do FUNDO.
- (h) **Risco relacionado à inexistência de garantia de aquisição constante de Direitos Creditórios:** A Cedente dos Direitos Creditórios não se encontra obrigada a ceder Direitos Creditórios ao FUNDO indefinidamente. Dessa maneira, a existência do FUNDO dependerá da manutenção do fluxo de aquisição de Direitos Creditórios.
- (i) **Risco relacionado à cobrança judicial dos Direitos Creditórios:** Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes da carteira do FUNDO e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do FUNDO, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que for deliberado pelos quotistas em Assembléia Geral. . O Fundo poderá contratar os serviços de terceiros para a realização de procedimentos de cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios integrantes de sua carteira. Depois de esgotados os ativos de liquidez imediata do Fundo e observada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, os quotistas poderão ser solicitados a efetuar aportes de capital ao Fundo necessários à adoção e à manutenção dos procedimentos acima referidos. A Administradora, a Gestora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas Pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os quotistas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.
- (j) **Risco relacionado à análise dos Organizadores de Eventos – devedores dos Direitos Creditórios:** Não obstante a diligência empregada pela Consultora na análise acerca da capacidade econômica e financeira dos Organizadores de Eventos, subsiste o risco da ocorrência de erros de avaliação nos respectivos Laudos de Avaliação, tendo em vista que os dados referentes à frequência dos usuários finais ao Evento, desempenho dos times, clubes e atletas nos campeonatos e competições esportivas, dentre outros elementos, eventualmente utilizados que, ainda que disponibilizados por órgão oficiais relacionados ao segmento do Evento em questão podem apresentar inconsistências. Adicionalmente, sempre existe o risco das expectativas criadas em torno da arrecadação ou Renda Bruta dos Eventos não se confirmarem, mesmo nos casos em que tais expectativas se fundamentem em estatísticas adequadas sobre o histórico dos Eventos. Assim, avaliações equivocadas poderão influenciar negativamente a rentabilidade dos Organizadores de Eventos e sua capacidade de pagamento dos Direitos Creditórios e, conseqüentemente, poderão ocorrer perdas no FUNDO caso os Organizadores de Eventos não disponham de recursos para efetuar os pagamentos dos Direitos Creditórios.
- (k) **Risco da Cedente como fiel depositária dos Documentos Comprobatórios:** Os documentos comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios, tais como os originais das Notas Promissórias, serão guardados pela Cedente. A Cedente, na qualidade de fiel depositária, é responsável pela guarda da documentação física representativa dos Direitos Creditórios cedidos ao FUNDO. Embora a Cedente tenha a obrigação de permitir ao Custodiante, à Administradora e ao Fundo o livre acesso à referida documentação, a guarda desses documentos pela Cedente poderá representar dificuldades à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios cedidos e cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos.

- (l) **Risco da Cedente atuar como Consultora:** A Cedente foi contratada pela Administradora para prestar serviços de consultoria especializada para a avaliação e seleção dos Direitos Creditórios. Apesar de sua declaração de independência da realização das atividades perante o FUNDO, este fato amplia a exposição de risco dos quotistas do FUNDO ao desempenho e performance profissional da Consultora, tendo em vista possível situação de conflito de interesses.
- (m) **Risco relacionado à liberdade de ação do Comitê de Investimento:** Tendo em vista que o Comitê de Investimento será formado por 1 (um) membro indicado pela Administradora e 1 (um) membro indicado pela Consultora, poderá haver conflitos de interesse quando da tomada de decisões relativas à aprovação da aquisição de Direitos Creditórios que tiverem sido objeto do Laudo de Avaliação e Proposta de Aquisição elaborado pela Consultora.
- (n) **Cobrança dos Direitos Creditórios:** A Cedente realizará o recebimento e a cobrança dos Direitos Creditórios antes de seu vencimento. Há o risco de a Cedente, ao realizar a cobrança dos Direitos Creditórios, encontrar-se em posição de conflito de interesses, já que a Cedente, ao realizar uma cobrança mais firme e efetiva dos Direitos Creditórios de determinado Organizador de Eventos, poderá, de alguma forma, prejudicar o relacionamento comercial com tal Organizador de Eventos. Após o vencimento dos Direitos Creditórios, a cobrança será realizada pelo Custodiante;
- (o) **Risco relacionado à vinculação das Notas Promissórias aos Contratos de Compra e Venda de Ingresso:** Notas promissórias, como regra, são consideradas instrumentos autônomos, isto é, tais títulos de crédito representam uma promessa pura e simples de pagar determinada quantia em dinheiro, desvinculada e independente do negócio jurídico que lhe deu causa. No entanto, as Notas Promissórias a serem adquiridas pelo FUNDO serão, por disposição expressa contida em tais notas promissórias, vinculadas aos respectivos Contratos de Compra e Venda de Ingressos, o que permite que os Organizadores de Eventos se recusem a pagar as Notas Promissórias com base (i) em eventual invalidade, ineficácia ou outros vícios do Contrato de Compra e Venda de Ingressos; e/ou (ii) em exceções pessoais que eventualmente tenham contra Ingresso Fácil, tais como o descumprimento, pela Ingresso Fácil, de alguma obrigação contratual (seja do Contrato de Compra e Venda de Ingressos, seja com relação a outros contratos celebrados entre a Ingresso Fácil e os Organizadores de Eventos) e compensação de quantias devidas pela Ingresso Fácil a qualquer título, dentre outras hipóteses. A este respeito, embora os Contratos de Compra e Venda de Ingressos disponham que o pagamento das Notas Promissórias não depende da Renda Bruta dos Eventos, é possível que os Organizadores de Evento questionem o pagamento da Nota Promissória com base nos resultados obtidos com a venda dos Ingressos para os Eventos, tendo em vista a vinculação das Notas Promissórias aos Contratos de Compra e Venda de Ingresso.
- (p) **Risco relacionado à Falência da Ingresso Fácil:** Nos termos deste Regulamento, o FUNDO poderá adquirir da Ingresso Fácil Direitos Creditórios decorrentes de Contratos de Compra e Venda de Ingresso, sendo a Ingresso Fácil a responsável por receber e repassar ao FUNDO o percentual acordado dos recursos efetivamente obtidos com a venda dos Ingressos na data da realização dos Eventos. Dessa forma, caso a Ingresso Fácil, antes de repassar os recursos ao FUNDO, venha a sofrer um processo de falência, será necessário que o FUNDO entre com pedido de restituição em tal processo de falência a fim de que receba a quantia devida referente a tais Direitos Creditórios que tenham sido recebidos pela Ingresso Fácil e não tenham sido repassados ao FUNDO.
- (q) **Demais Riscos:** O FUNDO também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos ("default"), mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos, dentre outros.

CAPÍTULO XIII - ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 31 - Será de competência privativa da Assembléia Geral de quotistas do FUNDO:

- I - tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do FUNDO e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;
- II - alterar o Regulamento do FUNDO;
- III - deliberar sobre a substituição da Administradora;
- IV - deliberar sobre a substituição da Gestora;
- V - deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução; e
- VI - deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação ou prorrogação do FUNDO.

Parágrafo Único - O Regulamento do FUNDO poderá ser alterado, independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos quotistas.

Artigo 32 - A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do FUNDO, em defesa dos direitos e dos interesses dos quotistas.

Parágrafo Único - Somente pode exercer as funções de representante de quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- I - ser quotista sênior ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos quotistas;
- II - não exercer cargo ou função na Administradora, na Gestora, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- III - não exercer cargo em empresa cedente de Direitos Creditórios integrantes da carteira do FUNDO.

Artigo 33 - A convocação da Assembléia Geral de quotistas do FUNDO far-se-á mediante correspondência enviada aos quotistas, correio eletrônico ou anúncio publicado no periódico de que trata o inciso III, do Artigo 5º, do qual constará, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Parágrafo Primeiro - A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio.

Parágrafo Segundo - Não se realizando a Assembléia Geral, será enviada nova correspondência ou correio eletrônico ou publicado novo anúncio de segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Terceiro - Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á no local onde a Administradora tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios ou cartas endereçados aos quotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede.

Parágrafo Quarto - Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os quotistas.

Parágrafo Quinto - Para efeito do disposto no Parágrafo Segundo, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio de primeira convocação.

Artigo 34- Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de quotistas pode reunir-se por convocação da Administradora ou de quotistas possuidores de quotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total.

Artigo 35 - Na Assembléia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um quotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de quotas dos quotistas presentes, correspondendo a cada quota um voto, ressalvado o disposto nos Parágrafos Primeiro e Segundo deste Artigo.

Parágrafo Primeiro - As deliberações relativas às matérias previstas nos incisos III a VI, do Artigo 31, serão tomadas em primeira convocação pela maioria das quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das quotas dos presentes.

Parágrafo Segundo -Têm qualidade para comparecer à Assembléia Geral, além dos quotistas, os seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos há menos de um ano.

CAPÍTULO XIV - PATRIMÔNIO LÍQUIDO E AVALIAÇÃO DOS ATIVOS

Artigo 36 - Entender-se-á por patrimônio líquido do FUNDO a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Parágrafo Único - Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor.

Artigo 37 - As quotas do FUNDO terão seu valor calculado diariamente.

Parágrafo Primeiro - Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor. Os Direitos Creditórios por não terem mercado de negociação oficial, serão avaliados pelo seu custo de aquisição com apropriação mensal de rendimentos (correspondente ao deságio sobre seu valor de face), feita em base exponencial, pelo prazo a decorrer até o seu vencimento.

Parágrafo Segundo - O descumprimento ou o atraso na curva de retorno inicialmente projetada para o Direito Creditório de qualquer obrigação originária dos direitos creditórios pelos sacados e demais ativos componentes da carteira do FUNDO será atribuído às quotas subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedida a somatória de que trata este parágrafo, a inadimplência dos Direitos Creditórios de titularidade do FUNDO será atribuída às quotas seniores.

Parágrafo Terceiro -O Fundo não constituirá provisão para perdas. O Fundo reconhecerá a perda total dos Direitos Creditórios que permanecerem sem pagamento por mais de 5 (cinco) dias úteis contados de seus respectivos vencimentos.

Artigo 38 - Em conformidade com o Artigo 24, inciso XV, da Instrução 356, a relação máxima entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do FUNDO será de 75% (setenta e cinco por cento). Isto quer dizer que o FUNDO deverá ter, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de seu patrimônio representado por quotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e divulgada mensalmente, aos quotistas do FUNDO, através do site da Administradora.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de inobservância do percentual mencionado no *caput*, isto é, se as quotas subordinadas vierem a representar menos de 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do FUNDO, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - No prazo de 10 (dez) dias contados da constatação do desbalanceamento entre o valor das quotas seniores em relação ao patrimônio líquido do FUNDO a Administradora deverá comunicar a ocorrência aos quotistas, comprometendo-se a buscar o re-equilíbrio de tal relação no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação aos quotistas. O re-equilíbrio da relação poderá ser efetivado através da subscrição de novas quotas subordinadas;

II - Na hipótese não ser restabelecida a relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do FUNDO, deverá ser convocada Assembleia Geral de quotistas para deliberar sobre:

- a) providências a serem tomadas pela Administradora e/ou pela Gestora;
- b) substituição da Administradora e/ou da Gestora, no exercício das funções em relação ao FUNDO; e/ou
- c) pela liquidação antecipada do FUNDO.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de inobservância do percentual mencionado no *caput*, com quotas subordinadas representando mais que 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do FUNDO, poderá ser adotado procedimento de amortização de quotas subordinadas descrito neste Regulamento, exclusivamente em montante necessário ao re-equilíbrio dessa relação.

CAPÍTULO XV – DA EMISSÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DE QUOTAS

Artigo 39 - As quotas do FUNDO serão de classe sênior ou subordinada, não havendo divisão em subclasses ou séries para ambos os casos. Todas as quotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de quotista. Observado o disposto neste Capítulo, as características, direitos e obrigações das quotas seniores e subordinadas serão idênticos.

Parágrafo Primeiro – As quotas seniores do FUNDO são avaliadas por empresa classificadora de risco (*rating*) especializada, conforme detalhado no Prospecto do FUNDO. Esta avaliação é feita periodicamente a cada trimestre.

Parágrafo Segundo - Caso ocorra o rebaixamento do *rating* da classe sênior de quotas do FUNDO, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - comunicação aos quotistas das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO;

II - disponibilização aos quotistas, na sua sede da Administradora, de relatório da empresa de classificação de risco; e

III - a imediata convocação, pela Administradora, da Assembleia Geral de quotistas do FUNDO para deliberarem sobre os procedimentos eventualmente necessários para a preservação de capital.

Artigo 40 - A integralização, a amortização e o resgate de quotas do FUNDO podem ser efetuados por meio de ordem de pagamento, débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN, exceto cheques, ou através de mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Quotas admitidas à negociação, observado o disposto no Artigo 43 deste Regulamento. O valor mínimo para aplicação no FUNDO é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Parágrafo Primeiro - Para o cálculo do número de quotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Administradora quaisquer taxas ou despesas.

Parágrafo Segundo - As quotas subordinadas poderão ser integralizadas em Direitos Creditórios. Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, as aplicações em Direitos Creditórios devem observar o seguinte procedimento: a integralização de quotas deverá ser realizada por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN, concomitantemente à venda, pelo cedente, de Direitos Creditórios em valor correspondente ao líquido integralizado, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Terceiro - As quotas subordinadas poderão, ainda, ser amortizadas e/ou resgatadas em Direitos Creditórios. Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, as amortizações e resgates em Direitos Creditórios devem observar o seguinte procedimento: a amortização e o resgate de quotas serão efetivados por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN simultaneamente à compra, pelo quotista, de Direitos Creditórios, em valor correspondente ao líquido amortizado ou resgatado, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

Artigo 41 - A critério da Administradora, novas quotas do FUNDO, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos quotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução 356 e os limites estipulados neste Regulamento. As novas quotas subordinadas terão direitos, taxas e despesas iguais aos conferidos às demais quotas de mesma classe, enquanto que as quotas seniores poderão ser divididas em séries com valores e prazos diferenciados para amortização, resgate e remuneração.

Parágrafo Primeiro - As quotas mencionadas no caput deverão ser subscritas dentro dos prazos estabelecidos na deliberação de início de distribuição respectivo e no Boletim de Subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação do anúncio de início de distribuição de quotas seniores da primeira série do FUNDO.

Parágrafo Segundo - O saldo não colocado será cancelado antes do prazo mencionado no Parágrafo supra ou a Administradora solicitará prorrogação deste prazo à CVM, nos termos do disposto na regulamentação em vigor.

Parágrafo Terceiro - Na emissão de quotas do FUNDO deve ser utilizado o valor da quota em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

Parágrafo Quarto – Nas emissões das quotas do FUNDO, mencionadas no caput:

I - O público-alvo das emissões deverá ser investidores qualificados, definidos como tais pela regulamentação editada pela CVM, tanto pessoas físicas quanto jurídicas, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos investidores qualificados, para fins de aquisição de quotas do FUNDO, e;

II – Não haverá direito de preferência dos investidores do FUNDO, de uma dada série de quotas seniores, na aquisição de quotas seniores de eventuais novas séries que o FUNDO venha a emitir.

Artigo 42 - Não haverá resgate de quotas, a não ser pelo término do prazo de duração do FUNDO, amortização de quotas, ou de sua liquidação antecipada, respeitadas as amortizações previstas neste Regulamento.

Parágrafo Primeiro - As quotas subordinadas somente poderão ser amortizadas, total ou parcialmente, ou resgatadas após a amortização total ou parcial, conforme o caso, ou resgate de todas as quotas seniores.

Parágrafo Segundo - Excetua-se do disposto no Parágrafo supra a hipótese de amortização de quotas subordinadas prevista no Artigo 46 deste Regulamento.

Artigo 43 - As quotas seniores terão registro para negociação no mercado secundário na Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP. Sem prejuízo do disposto acima, a critério da Consultora, e se aprovado pelo Comitê de Investimentos, as quotas seniores poderão também ser registradas para negociação no mercado secundário na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, no ambiente de negociação Bovespa Fix, e na Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. - SOMA, no ambiente de negociação Soma Fix.

Parágrafo Único - Na hipótese de negociação das quotas seniores em operações conduzidas no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será integralmente responsável por comprovar a classificação do novo quotista como investidor qualificado.

Artigo 44 - As emissões de quotas do FUNDO poderão prever amortizações periódicas, conforme disposto em cada processo de emissão de quotas.

Artigo 45 - A amortização das quotas de quaisquer séries do FUNDO poderá ocorrer antes do prazo previsto para cada série de quotas na ocorrência das seguintes hipóteses:

I - impossibilidade de enquadramento do FUNDO à sua política de investimentos, em razão da impossibilidade de adquirir Direitos Creditórios;

II - na hipótese da relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do FUNDO for superior a 75 % (setenta e cinco por cento), ou seja, na hipótese do somatório dos valores das quotas subordinadas representar percentual igual ou menor do que 25 % (vinte e cinco por cento); e/ou

III – em particular, em se tratando de quotas subordinadas, quando ocorrer a hipótese prevista no Artigo 38, Parágrafo Primeiro deste Regulamento.

Parágrafo Único - A antecipação do início da amortização de quotas do FUNDO nas hipóteses previstas nos incisos I e II acima será operacionalizada através de envio de correspondência ou correio eletrônico aos quotistas ou publicação de aviso no periódico utilizado para divulgação de informações do FUNDO com 5 (cinco) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização. A hipótese prevista no inciso III acima deverá respeitar os procedimentos previstos no Artigo 46 *infra*.

Artigo 46 - Na hipótese da rentabilidade atribuída às quotas subordinadas resultar em mais de 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio do FUNDO representado por quotas subordinadas, estas poderão ser amortizadas visando exclusivamente ao re-equilíbrio da relação e observando, no que couber, as demais disposições deste Capítulo, após comunicação e concordância dos quotistas subordinados e observado o limite de enquadramento previsto no Artigo 38 deste Regulamento, desde que haja disponibilidade de recursos no Fundo, a critério da Administradora.

Artigo 47 - No resgate será utilizado o valor da quota em vigor no dia do pagamento respectivo.

CAPÍTULO XVI – DO PATRIMÔNIO INICIAL E DA PRIMEIRA SÉRIE

Artigo 48 - O FUNDO será constituído inicialmente em até 20.000.000 (vinte milhões) de quotas, tendo em vista que a primeira série será composta por até 75% (setenta e cinco por cento) quotas seniores e até 100% (cem por cento) quotas subordinadas, com valor unitário de R\$ 1,00 (hum real), observado o disposto no Artigo 52 *infra*.

Parágrafo Único - A primeira série de quotas tratada no *caput* deste Artigo terá prazo de 2 (dois) anos, contados da data do início da distribuição pública das quotas seniores.

Artigo 49 - A partir do 13º (décimo terceiro) mês, contado da data de início das atividades do FUNDO, tanto as quotas seniores como as subordinadas do FUNDO terão seus valores amortizados mensalmente, à razão de 1/12 (um doze avos).

Parágrafo Primeiro - A amortização deverá respeitar a relação entre quotas seniores e patrimônio líquido do FUNDO, definida no *caput* do Artigo 38 deste Regulamento.

Parágrafo Segundo - O pagamento das amortizações deverá ser feito no dia 1º de cada mês. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese de o fluxo de recebimento dos Direitos Creditórios do FUNDO ser incapaz de acompanhar o fluxo de amortização de quotas seniores e subordinadas previsto no *Caput*, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral de quotistas para deliberar sobre o disposto nas alíneas “a” a “c” do Inciso II do Parágrafo Primeiro do Artigo 38 deste Regulamento.

Artigo 50 - As quotas mencionadas no Artigo 48 deste Regulamento, representativas do patrimônio inicial do FUNDO, deverão ser subscritas dentro dos prazos estabelecidos na deliberação de início de distribuição respectivo e no Boletim de Subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação do anúncio de início de distribuição de quotas seniores da primeira série do FUNDO.

Parágrafo Único - Na subscrição de quotas representativas do patrimônio inicial do FUNDO que ocorrer em data diferente da Data de Integralização definida no Boletim de Subscrição, será utilizado o valor da quota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

Artigo 51 - O preço de subscrição das quotas poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

Artigo 52 - A critério da Administradora, atingindo-se o patamar mínimo de distribuição de 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) quotas seniores, poderá ser encerrado o período de distribuição de quotas do FUNDO. O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no Artigo 41, Parágrafo Primeiro deste Regulamento.

Parágrafo Único - Para fins do disposto no *caput*, a Administradora deverá observar, o limite mínimo de 25% de quotas subordinadas em relação ao patrimônio líquido do FUNDO, definida no *caput* do Artigo 38 deste Regulamento.

CAPÍTULO XVII - ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 53 - Constituem encargos do FUNDO, além da remuneração da Administradora prevista neste Regulamento, as seguintes despesas:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do FUNDO e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do FUNDO;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do FUNDO ou à realização de Assembléia Geral de quotistas;
- h) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o FUNDO tenha suas quotas admitidas à negociação;
- i) taxas de custódia de ativos do FUNDO;
- j) despesas com a contratação de agência classificadora de risco;
- k) despesas com empresas prestadoras de serviços de cobrança amigável e/ou judicial dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do FUNDO que estiverem vencidos e por ventura não tiverem sido devidamente pagos pelos respectivos sacados devedores, podendo, conforme previsto neste Regulamento, o Custodiante prestar esse serviço;
- l) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos quotistas, na forma do Parágrafo Único do Artigo 32 deste Regulamento;
- m) despesa com a taxa de registro das quotas do FUNDO no mercado secundário na Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP e com a taxa de registro na BOVESPA/SOMA, se houver; e
- n) despesa com a anuidade do mercado secundário na Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, quando houver, e com a anuidade na BOVESPA/SOMA, se houver.

Parágrafo Único - Quaisquer despesas não previstas neste Artigo como encargos do FUNDO devem correr por conta da Administradora.

CAPÍTULO XVIII - PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 54 - A Administradora irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao FUNDO, tal como a eventual alteração da classificação de risco do FUNDO ou dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da respectiva carteira, de modo a garantir a todos os quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Parágrafo Primeiro - A divulgação das informações previstas neste Artigo deve ser feita por meio de envio de correspondência ou correio eletrônico aos quotistas ou publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO e mantida disponível para os quotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem quotas do FUNDO.

Parágrafo Segundo - Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao FUNDO, considerar-se-á fato relevante a alteração da classificação de risco das classes ou séries de quotas.

Artigo 55 - A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- I - o número de quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- II - a rentabilidade do FUNDO, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- III - o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do FUNDO, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Artigo 56 - A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do FUNDO à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos: (a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e (b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 57 - As demonstrações financeiras do FUNDO estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM. O FUNDO levantará balancete ao final de cada mês e balanço anual.

Parágrafo Primeiro - O exercício social do FUNDO tem duração de 1 (um) ano, com início em 1º de junho e término em 31 de maio de cada ano, sendo que o primeiro exercício social terá encerramento em 31 de maio de 2008.

Parágrafo Segundo - Enquanto a CVM não editar as normas referidas no caput, aplicam-se ao FUNDO as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, editado pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO XIX - LIQUIDAÇÃO E LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA

Artigo 58 - O FUNDO será liquidado por ocasião do término do seu prazo de duração.

Artigo 59 - Poderá haver a liquidação antecipada do FUNDO nas seguintes situações:

- I - se o patamar mínimo de distribuição de quotas do FUNDO descrito no Artigo 52 deste Regulamento não for atingido no prazo ali mencionado;
- II - por deliberação de assembléia geral de quotistas, nas hipóteses descritas nos Artigos 38, Parágrafo Primeiro, II, “c” e Artigo 20, II, “b” deste Regulamento;
- III - se o FUNDO mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 3 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro FUNDO de Investimento em Direitos Creditórios.

Parágrafo Primeiro - Nas hipóteses do inciso II supra, se a decisão Assembléia Geral for a de não liquidação do FUNDO, fica desde já assegurado o resgate das quotas seniores dos quotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor das mesmas.

Parágrafo Segundo - Na ocorrência de liquidação antecipada do FUNDO, as quotas seniores poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios, devendo ser observado, no que couber, as disposições do Capítulo XV deste Regulamento.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese de liquidação do FUNDO, os titulares de quotas seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de quotas seniores.

CAPÍTULO XX - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 60 - Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao FUNDO ou a questões decorrentes da aplicação deste Regulamento.

Anexo I

[Modelo de Nota Promissória]

NOTA PROMISSÓRIA

Valor: R\$ _____

Vencimento: [data]

[ORGANIZADOR DE EVENTO], [qualificação] pagará a Ingresso Fácil Pré-Venda e Venda de Ingressos Ltda., com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Mamoré 535, sala 1201, ou à sua ordem, por esta Nota Promissória, no dia [•], na sede do credor, a quantia de R\$ [•].

Esta nota promissória está vinculada ao contrato celebrado entre a Ingresso Fácil Pré-Venda e Venda de Ingressos Ltda. e [ORGANIZADOR DE EVENTO], em [•].

[local e data de emissão]

Emitente: _____

Nome:
CGC/MF:

Anexo II

Relatório de *Rating*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo II

Este Anexo é parte integrante do "Prospecto da 1ª Distribuição de Quotas do Ingresso Fácil Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Notas Promissórias"



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios INGRESSO FÁCIL FIDC – NOTAS PROMISSÓRIAS

Relatório Analítico

Rating

A-

As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.

Data: 13/set/2007
Validade: 30/abr/2008

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 13 de setembro de 2007, atribuiu o **rating A-** (a menos) às Cotas Seniores do Ingresso Fácil Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Notas Promissórias (Ingresso Fácil FIDC).

O Fundo foi constituído como condomínio fechado e terá prazo de duração de dois anos para as Cotas da primeira série. Esta série prevê a emissão de até 20 milhões de Cotas de valor unitário inicial de R\$ 1,00 (um real). As Cotas têm distinção entre Seniores e Subordinadas, sendo que, necessariamente, o Fundo deve manter uma relação de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de Cotas Subordinadas e no máximo 75% (setenta e cinco por cento) de Cotas Seniores, de modo que sobre as primeiras, recairão as desvalorizações da carteira, até o limite do seu valor. A rentabilidade pretendida para as Cotas Seniores da primeira série é de 115% (cento e quinze por cento) do CDI.

A classificação se baseia na estrutura da operação, cujos principais pontos favoráveis são: (i) por se tratar de um fundo fechado, com prazo definido para o resgate de suas cotas (exceto nos casos previstos em seu regulamento), o risco de liquidez associado à possibilidade de resgate maciço de cotas foi mitigado; (ii) definição de percentual mínimo de cotas subordinadas (de 25% do patrimônio líquido do fundo, sobre as quais recairão as desvalorizações da carteira, até o limite do seu valor); (iii) constituição de um Comitê de Investimentos, com atribuições bem definidas no regulamento do fundo, objetivando a manutenção da qualidade da carteira do fundo; (iv) definição de taxa mínima de cessão para os direitos creditórios (a adequada precificação dos recebíveis torna possível o alcance do *benchmark* das cotas seniores); (v) expertise da consultoria especializada nas operações com os direitos creditórios de lastro de fundo. Por outra parte, a nota se limita, devido à percepção dos seguintes pontos frágeis: (i) possibilidade de concentração de até 20% do patrimônio líquido do fundo, em direitos creditórios do mesmo organizador de eventos (ou ligadas e coligadas), percentual este, próximo do mínimo de cotas subordinadas; (ii) ausência de coobrigação da originadora ante os recebíveis não pagos no vencimento; (iii) ausência de informações auditadas acerca do perfil de risco da carteira existente no ambiente da consultoria especializada, bem como da própria originadora.

Em síntese, a operação baseia-se na aquisição pelo Fundo dos Direitos Creditórios representados por Notas Promissórias emitidas por organizadores de eventos ligados a esportes, cultura, transporte, recreação, ou quaisquer outros eventos ou serviços destinados ao público em geral, cujo acesso esteja condicionado à venda ou distribuição de ingressos. Estes Direitos Creditórios originam-se na Ingresso Fácil Pré-Venda e Venda de Ingressos Ltda. através da compra antecipada de bilheteria e / ou ingressos dos eventos citados.

O grupo ao qual a Ingresso Fácil se insere tem mais de 20 anos de mercado, inicialmente atuando com serviços gráficos especiais, passando posteriormente ao gerenciamento e controle de acesso, tendo conquistado cerca de 90% do mercado de futebol do país, conseguindo penetração inclusive em outros países da América do Sul, como Argentina, Paraguai e Equador. Seus principais produtos e serviços nesta área são: catracas eletrônicas próprias, ingressos com tarja magnética e *softwares* de gerenciamento de acesso. Todos os produtos são de desenvolvimento exclusivo do grupo.

Analista:

Jorge Alves
Tel.: 55 11 3377 0702
jorge.alves@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros
Rua Leopoldo Couto Magalhães,
110 – conj. 73
São Paulo – SP
CEP 04542-000
Tel.: 55 11 3377 0707
Fax: 55 11 3377 0739
www.austin.com.br



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
INGRESSO FÁCIL FIDC – NOTAS PROMISSÓRIAS

Na área de interesse do Fundo destaca-se o sistema de vendas Ingresso Fácil concebido e implantado em 1999. O sistema dispõe de um *data center*, disponibilizando a venda antecipada de ingressos através de uma rede de distribuição presente em todo o país, *call center* e principalmente compra através da internet. Nos diferentes canais, o cliente tem os facilitadores de sair com ingresso na mão ou de recebê-lo em casa.

Fatores Positivos

- A operação foi estruturada com a presença de um Comitê de Investimento para análise dos Direitos Creditórios ante os riscos envolvidos, para posterior aceite na carteira do Fundo;
- Além do Comitê de Investimentos, o Fundo conta com a avaliação e seleção de Direitos Creditórios feitas por consultoria especializada, a qual detém forte expertise na avaliação dos sacados;
- O Fundo conta com políticas de concessão e cobrança dos Direitos Creditórios;
- Adequada utilização dos instrumentos jurídicos. O Regulamento e os Contratos de Cessão de Créditos estão juridicamente bem elaborados;
- *Know-how* da Ingresso Fácil no controle de acesso, atividade que origina os recebíveis do Fundo. Em sua operação, a originadora arrecada o dinheiro das bilheteiras e posteriormente repassa ao Fundo a parcela que lhe cabe, como amortização dos Direitos Creditórios, sendo o restante repassado aos organizadores de eventos.

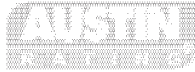
Fatores em Observação

- A operação não possui coobrigação da originadora. A mesma se responsabiliza pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios, não assumindo a responsabilidade pelo seu pagamento ou solvência;
- Não há segregação entre o Fundo e a Ingresso Fácil. O pagamento dos direitos creditórios até seu vencimento são realizados para a Ingresso Fácil, que repassará ao Fundo em até 2 dias úteis;
- Conforme critério de dispersão, a concentração máxima de Direitos Creditórios de um mesmo devedor ou mesmo de controladas diretas ou indiretas deste, pode alcançar 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
- Caso muitos organizadores de eventos parem de operar com a Ingresso Fácil, o Fundo pode padecer de falta de lastro;
- Ausência de informações quanto aos organizadores de eventos de Direitos Creditórios (volumes, taxas, prazos, histórico);
- A ausência de informações contábeis da originadora limitou a análise quanto aos seus fundamentos e solidez financeira.

PARTICIPANTES

A estrutura operacional do Ingresso Fácil Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Notas Promissórias conta com os seguintes participantes:

Administrador:	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A;
Gestor da Carteira:	Mellon Global Investments Brasil S/C Ltda.;
Originador dos Direitos Creditórios:	Ingresso Fácil Pré-Venda e Venda de Ingressos Ltda.;
Consultora dos Direitos Creditórios:	Ingresso Fácil Pré-Venda e Venda de Ingressos Ltda.;
Fiel Depositário:	Ingresso Fácil Pré-Venda e Venda de Ingressos Ltda.;
Escritório de Advocacia:	Pinheiro Guimarães Advogados.



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
INGRESSO FÁCIL FIDC – NOTAS PROMISSÓRIAS

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

Perfil

O Ingresso Fácil FIDC foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período. A primeira série, à qual se refere esse relatório, terá prazo de 2 (dois) anos a contar da data de início da atividade. É orientando por um regulamento próprio e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

A primeira série prevê a emissão de até 20 (vinte) milhões de Cotas com valor unitário inicial de R\$ 1,00 (um real). A relação entre as Cotas será de 75% (setenta e cinco por cento) de Cotas Seniores e 25% (vinte e cinco por cento) de Subordinadas, sendo que a estas serão atribuídas as possíveis desvalorizações do Fundo.

A subscrição de Cotas será restrita a pessoas físicas ou jurídicas, consideradas investidores qualificados. A valorização pretendida para as Cotas Seniores é de 115% (cento e quinze por cento) do CDI, porém, não caracteriza promessa de rendimento. As Cotas terão seu valor calculado diariamente e a valorização ocorrerá após o pagamento ou provisionamento das despesas e encargos do Fundo, desde que o resultado seja positivo. Caso a rentabilidade ultrapasse a meta, o excedente será atribuído às Cotas Subordinadas. Se o resultado for negativo, as Cotas Subordinadas absorverão o prejuízo, até o limite do seu valor.

Política de Investimentos

O Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios representados por Notas Promissórias emitidas por Organizadores de Eventos. Estes Direitos Creditórios deverão obedecer cumulativamente às seguintes condições de aquisição, a serem verificadas pelo Comitê de Investimentos :

- Devem ser Notas Promissórias, representativas de créditos decorrentes e vinculados aos Contratos de Compra e Venda de Ingresso, celebrados entre os Organizadores de Eventos/Emissor e a Originadora/Endossante, emitidos por Organizadores de Eventos que gerarão obrigações individuais para os Organizadores de Eventos;
- Devem ser Notas Promissórias emitidas por Organizadores de Eventos que não apresentem, na data de aquisição pelo fundo, histórico de inadimplência, ou seja, não apresentem parcelas dos Contratos de Compra e Venda de Ingressos ou notas promissórias vencidas e não pagas ;
- Devem ser Notas Promissórias emitidas por Organizadores de Eventos que constituam Eventos cujo acesso ou utilização estejam condicionados à venda ou distribuição de Ingressos a título oneroso;
- Devem ser Notas Promissórias emitidas por Organizadores de Eventos que estabeleçam as bases de Eventos constituídos por especialistas, com objetivos institucionais, comunitários, promocionais ou públicos;
- Devem ser Notas Promissórias emitidas por Organizadores de Eventos que promovam Eventos que se enquadrem em qualquer uma das seguintes categorias: (i) Eventos em Geral; (ii) Eventos Educacionais; (iii) Eventos Comunitários e Beneficentes; (iv) Transportes Urbanos e/ou Rodoviário e; (v) Quaisquer outros eventos ou serviços destinados ao público em geral, cujo acesso esteja condicionado à venda ou distribuição de Ingressos a título oneroso; e
- Devem ser Notas Promissórias emitidas por Organizadores de Eventos que promovam Eventos que poderão ser realizados em qualquer dos Estados do Território Nacional, bem como no Distrito Federal.

Além das condições de aquisição, os Direitos Creditórios deverão obedecer aos seguintes Critérios de Elegibilidade, os quais serão validados pelo Custodiante:

(a) tenham sido emitidas substancialmente na forma do Anexo I a este Regulamento por Organizadores de Eventos que tenham celebrado com a Originadora Instrumento Particular de Compra e Venda de Ingressos e Outras Avenças:



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
INGRESSO FÁCIL FIDC – NOTAS PROMISSÓRIAS

(b) sejam representativas de dívida decorrente de Instrumento Particular de Compra e Venda de Ingressos e Outras Avenças devidamente celebrado entre a Originadora e Organizadores de Eventos; e

(c) tenham sua aquisição aprovada pelo Comitê de Investimentos.

Para aquisição, os Direitos Creditórios deverão ter sido objeto de Laudo de Avaliação e Proposta de Aquisição e aprovados por unanimidade pelo Comitê de Investimentos.

Será permitida uma participação máxima de 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo em Direitos Creditórios de um mesmo devedor, conjuntamente com quaisquer de suas controladas, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Embora o Ingresso Fácil Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Notas Promissórias seja voltado, primordialmente, às aplicações nos Direitos Creditórios já descritos, o remanescente de seu patrimônio líquido pode ser direcionado às seguintes aplicações:

- Títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- Títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- Créditos securitizados pelo Tesouro Nacional;
- Fundos de renda fixa, administrados ou não pelo Administrador, que apliquem preponderantemente nos ativos listados acima.

O Fundo poderá realizar operações em mercados derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

O Fundo poderá alocar até 50% de seu patrimônio líquido em operações compromissadas, cujo lastro seja títulos públicos.

As aplicações financeiras devem estar representadas por ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observadas as condições, os limites e as restrições previstas na legislação vigente e no Regulamento do Fundo.

Política de Concessão

A política de concessão de crédito e cobrança dos Direitos Creditórios é desenvolvida pela Consultora. Tal política leva em consideração dados objetivos e subjetivos com relação a cada Organizador de Eventos e é utilizada para a análise e concessão de crédito a todos os Organizadores de Eventos, novos e antigos, podendo ser sintetizada como sendo:

- Avaliação prévia da demanda de Ingressos para o Evento organizado pelo Organizador de Eventos, bem como de seu valor estimado, com base nos dados estatísticos a que se refere o item “b” abaixo, bem como em quaisquer outros indicadores que possam, de forma apropriada, a critério da Consultora, permitir uma estimativa relativamente confiável acerca da venda dos Ingressos;
- Análise de dados estatísticos oficiais disponibilizados para cada segmento do Evento organizado pelo Organizador de Eventos;
- No caso de eventos esportivos, análise do atual desempenho dos times, clubes e atletas nos campeonatos e competições esportivas, bem como número estimado de partidas, etc.;
- Análise da capacidade econômico-financeira e de crédito do Organizador de Evento;
- Pesquisa acerca da idoneidade e credibilidade do Organizador de Evento, através de informações provenientes de fontes comerciais e bancárias ou de sistemas públicos ou privados de informações aos quais a Administradora e a Consultora tenham acesso;
- Taxa de desconto proposta para a realização da operação; e



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
INGRESSO FÁCIL FIDC – NOTAS PROMISSÓRIAS

- Prazos de pagamento dos valores devidos em função das obrigações assumidas com as contratações.

Comitê de Investimentos

O Fundo conta com um Comitê de Investimento formado por um membro indicado pelo Administrador e um membro indicado pela Consultora. O Comitê só poderá aprovar a aquisição de recebíveis que tiverem sido objeto de Laudo de Avaliação e Proposta de Aquisição elaborados pela Consultora, ainda assim, só ingressarão na carteira do Fundo se aprovados por unanimidade.

A ORIGINADORA – INGRESSO FÁCIL

A Ingresso Fácil é a maior empresa de controle de acesso para grandes eventos no Brasil, estando presente em cerca de 90% dos estádios do país. É uma empresa de tecnologia com três áreas estratégicas:

- Serviços Gráficos Especiais – Crachás, Cartões Magnéticos e Ingressos;
- Gerenciamento e Controle de Acesso – Catracas Eletrônicas, Ingressos Magnéticos e *Software* de Gerenciamento de Acesso;
- Ingresso Fácil – É um sistema de vendas de ingressos antecipados, com rede de distribuição presente em todo o país. Foi concebido para atender às mais diversas modalidades de entretenimento. Na estrutura do Fundo, caberá à Ingresso Fácil a análise dos Recebíveis, que dependerão de laudo favorável para a aquisição.

Como clientes da Ingresso Fácil, destacam-se:

- Corporativos – Blockbuster, Casa Grande Hotel, Embratel, Grupo Clarin, Hospital São Luiz, Runner Academia, Unimed, etc;
- Shows e Eventos – Zezé di Camargo e Luciano (Ibatinga), Madonna (Maracanã – RJ), Expójui (RS), etc.;
- Esportes – Campeonatos Brasileiro e Argentino de Futebol, Copa Libertadores da América, Copa Mercosul, Copa América de Seleções, Eliminatórias da Copa do Mundo e Campeonatos Paulista, Mineiro, Paranaense, Baiano e Gaúcho de Futebol.

PRINCIPAIS FATORES DE RISCO

Risco de Crédito

A carteira do Fundo possui Direitos Creditórios, títulos públicos e instrumentos de derivativos que estão sujeitos ao risco de não pagamento por seus respectivos emissores, ou garantidores, se houver, ou da contraparte, conforme o caso. O risco de crédito consiste na possibilidade de redução dos ganhos ou até mesmo perda do capital investido na hipótese de não pagamento, pelos respectivos emissores ou garantidores, se houver, dos títulos públicos e dos Direitos Creditórios, dos rendimentos e/ou valor do principal dos ativos do Fundo.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez foi minimizado, uma vez que o Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado e prazo de duração determinado de 5 (cinco) anos. A primeira série terá prazo de 2 (dois) anos e estão previstas amortizações das Cotas Seniores e Subordinadas, em doze parcelas, a partir do 13º (décimo terceiro) mês de atividade.

Risco de Concentração e Continuidade

Consiste no risco associado à vulnerabilidade para o Fundo pela aquisição de Direitos Creditórios de apenas um emissor, fato permitido nos primeiros 90 (noventa) dias de atividade. Decorrido esse prazo, a concentração permitida será de até 20% do patrimônio líquido do Fundo.



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
INGRESSO FÁCIL FIDC – NOTAS PROMISSÓRIAS

Risco de Descolamento de Taxas

Consiste no risco da Gestora não conseguir contratar operações de *swap* de taxas prefixadas por CDI – over, de forma a alinhar o *benchmark* do Fundo, com os Direitos Creditórios da carteira contratados a taxas prefixadas, ou mesmo de não cumprir o contratado. Nestes casos, se a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as Cotas Seniores do Fundo.

Risco Operacional

A operação de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios é, de certa forma, complexa. Apesar dos contratos existentes, celebrados entre as partes envolvidas, pode ocorrer erros nos procedimentos de guarda dos documentos ou de troca de informações entre os sistemas eletrônicos, o que, por sua vez, pode vir a dificultar a execução da cobrança dos documentos afetados, reduzindo os resultados do Fundo.

Em termos operacionais, entendemos que os controles existentes nas partes envolvidas para aceite, cessão e monitoramento dos Direitos Creditórios são condizentes ao seu perfil de atuação.

Risco Legal

As possíveis alterações na legislação constituem fator de risco da atividade dos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios. Em nossa opinião, dada a presente estruturação, entendemos que são pouco prováveis as mudanças de normas, mesmo porque os órgãos regulatórios têm se mostrado eficientes, no sentido de fortalecer o sistema financeiro brasileiro, cuja performance não tem sido prejudicada nos últimos anos por fatores legais.



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
INGRESSO FÁCIL FIDC – NOTAS PROMISSÓRIAS

Classificação da Austin Rating

Investimento Prudente

- AAA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.
- AA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é irrisório.
- A** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.
- BBB** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo.

Investimento Especulativo

- BB** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado.
- B** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio.
- CCC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência elevada, a qual afetou a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma baixa relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando a desvalorização de suas cotas. O risco é alto.
- CC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito elevada, a qual afetou fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação muito baixa entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando forte desvalorização de suas cotas. O risco é muito alto.
- C** A elevadíssima inadimplência da carteira levou o FIDC à situação de *default*. Não mais existe qualquer tipo de proteção adicional. O risco é altíssimo.

Sinais de (+) mais e (-) menos são utilizados para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala de rating.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O **rating** pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de **rating** e metodologias, acesse: www.austin.com.br

© Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo III

Contrato de Cessão dos Direitos Creditórios

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo III

Este Anexo é parte integrante do "Prospecto da 1ª Distribuição de Quotas do Ingresso Fácil Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Notas Promissórias"

MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

**CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO
SEM CO-OBRIGAÇÃO E OUTRAS AVENÇAS**

Por este instrumento particular, e na melhor forma de direito, de um lado,

INGRESSO FÁCIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – NOTAS PROMISSÓRIAS, fundo de investimento em direitos creditórios, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.701.490/0001-00, doravante designado simplesmente Cessionário ou Fundo (o “Cessionário” ou “**FUNDO**”), neste ato representado pela sua administradora e doravante assim designada (a “Administradora”) **MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede no Rio de Janeiro, RJ, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61 e, de outro lado;

INGRESSO FÁCIL PRÉ-VENDA E VENDA DE INGRESSOS LTDA., com sede no município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Mamoré, 535, sala 1201, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.387.518/0001-80, neste ato representado na forma de seu contrato social, doravante designada simplesmente Cedente (a “Cedente” ou a “**INGRESSO FÁCIL**”); e, ainda,

na qualidade de Intervenientes-Anuentes,

MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61 (a “Administradora”), e

DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO, com sede Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Alexandre Dumas, 2200, 1º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, neste ato representado, na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes legais infra-assinados, doravante designado simplesmente Custodiante (o “Custodiante”); em conjunto designados simplesmente “Intervenientes-Anuentes”.

CONSIDERANDO QUE:

- (a) O Cessionário é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, constituído nos termos da Instrução CVM nº 356 de 17 de dezembro de 2001 e alterações posteriores (a “Instrução 356”), bem como de seu Regulamento (o “Regulamento”);
- (b) A Cedente é uma empresa que atua no segmento de prestação de serviços de arrecadação de bilheteria e de compra antecipada de ingressos relacionados a eventos ou serviços cujo acesso esteja condicionado à venda ou distribuição de ingressos ou bilhetes a título oneroso;
- (c) O Cessionário tem como objetivo a aplicação preponderante dos seus recursos na aquisição de direitos creditórios originados no segmento financeiro, representados por notas promissórias (“Notas Promissórias”), representativas de créditos oriundos de contratos de compra e venda de ingressos mencionados na letra “b” (“Contratos de Compra e Venda de Ingressos”), acima;

- (d) Por um lado, a Cedente, na qualidade de credora dos direitos creditórios mencionados na letra “c” acima, tem interesse em ofertá-los ao Cessionário, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e no Regulamento;
- (e) Por outro lado, o Cessionário tem interesse em adquirir os direitos creditórios mencionados na letra “d” acima, e;
- (f) Por sua vez, o Custodiante é, nos termos do Regulamento, responsável pelas atividades de recebimento e análise da documentação que evidencia o lastro, bem como de validação dos direitos creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos no Regulamento, dentre outros,

resolvem celebrar o presente Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito sem Co-obrigação e Outras Avenças (o “Contrato”), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir:

CAPITULO I - DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª - A Cedente declara e assegura que é legítima e única titular dos direitos de crédito, representados por Notas Promissórias, (os “Direitos Creditórios”) livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames, que detém e que venha a deter em decorrência da celebração de Contratos de Compra e Venda de Ingressos celebrados entre a Cedente e os organizadores de eventos (os “Organizadores de Eventos”) relacionados a: (i) eventos em geral, tais como eventos esportivos (futebol, voleibol, basquetebol, tênis, handebol, corridas automobilísticas e motociclísticas, corridas de cavalos, hipismo, etc), culturais (teatros, cinemas, exposições, etc.), recreativos (casas noturnas, casas de espetáculos, *shows*, carnaval, rodeios, parques temáticos, etc.); (ii) eventos educacionais (congressos, seminários, convenções, etc); (iii) eventos comunitários e beneficentes; (iv) transportes urbanos (ônibus, metrô, trem, etc) e/ou rodoviário; e (v) outros eventos ou serviços destinados ao público em geral cujo acesso esteja condicionado à venda ou distribuição de ingressos ou bilhetes a título oneroso (os “Eventos”).

CLÁUSULA 2ª - A Cedente, neste ato e em regular forma de direito, promete, em caráter irrevogável e irretratável, durante o prazo de duração do **FUNDO**, ceder os Direitos Creditórios ao Cessionário, que se compromete a adquiri-los, de acordo com os termos e condições estabelecidos neste Contrato. Neste sentido, em regime de melhores esforços e nos termos deste Contrato, a Cedente se compromete a ceder, e o Cessionário a adquirir, Direitos Creditórios, de forma que decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Cessionário, este mantenha no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido aplicado em Direitos Creditórios.

CLÁUSULA 3ª - A obrigação do Cessionário de adquirir Direitos Creditórios nos termos deste Contrato é condicionada e limitada ao mútuo consentimento das partes com relação às condições de preço da operação de cessão, que deverá estar formalizada nos termos da Capítulo IV *infra*, respeitado o a seguir disposto:

- a)** a aquisição de Direitos Creditórios será feita exclusivamente para composição da carteira de investimentos do Cessionário, o qual, por intermédio da sua Administradora, quitará todas as operações de compra de Direitos Creditórios;
- b)** somente serão ofertados, pela **INGRESSO FÁCIL**, e adquiridos, pelo **FUNDO**, Direitos Creditórios que se enquadrem na política de investimento do Cessionário e nos Critérios de Elegibilidade e nas Condições de Cessão adiante definidos; e
- c)** são condições precedentes para a efetivação da aquisição de Direitos Creditórios (i) o integral cumprimento, pela Cedente, das obrigações assumidas nos termos deste Contrato; e (ii) a existência de recursos financeiros disponíveis pelo Cessionário.

CLÁUSULA 4ª - Os Direitos Creditórios compreendem todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.

CLÁUSULA 5ª - Fica desde já estipulado que, uma vez de comum acordo e observadas (i) as regras de precificação para a aquisição de Direitos Creditórios pelo Cessionário e (ii) a rentabilidade pretendida pelo Cessionário na realização de Direitos Creditórios por ele adquiridos, o Cessionário e a Cedente poderão ajustar a alienação e a permuta de Direitos Creditórios já cedidos ao Cessionário por outros Direitos Creditórios, desde que aqueles não se encontrem vencidos e não pagos.

CLÁUSULA 6ª - Os Direitos Creditórios serão cobrados, até seu vencimento, pela Cedente, que repassará ao **FUNDO** em até 2 (dois) dias úteis de seu recebimento. Para os fins do artigo 290 do Código Civil Brasileiro, os devedores emitentes das Notas Promissórias, serão notificados através de correspondência a eles endereçada.

CAPÍTULO II - DAS DECLARAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA 7ª - A Cedente, devidamente autorizada na forma de seus atos constitutivos, declara e assegura ao Cessionário, na data de assinatura deste Contrato e em cada operação de cessão dos Direitos Creditórios, que:

a) a celebração deste Contrato, a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes, em especial as relativas à cessão dos Direitos Creditórios e à outorga de mandatos, não dependem de quaisquer autorizações dos seus órgãos deliberativos (Assembleia Geral e Conselho de Administração), assim como de qualquer deliberação prévia de acionistas exigível por força de acordos de acionistas eventualmente arquivados em sua sede;

b) os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações nele estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros nos termos aqui definidos e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

c) os Direitos Creditórios que, por força deste Contrato, são prometidos à cessão, assim como os que sejam efetivamente adquiridos pelo Cessionário, são de sua legítima e exclusiva titularidade, estando livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que, de qualquer modo, possam obstar a cessão prometida e o pleno exercício, pelo Cessionário, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios por este adquiridos e atendem a todas as Condições de Aquisição e Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento e à Cláusula 9ª abaixo;

d) a celebração deste Contrato, a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, de:

- (i) quaisquer contratos, de qualquer natureza, firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato, dos quais a Cedente e/ou suas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam partes ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade, em especial os Direitos Creditórios;
- (ii) qualquer norma legal ou regulamentar a que a Cedente e/ou suas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade estejam sujeitos; e
- (iii) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa que afete a Cedente ou suas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade.

CLÁUSULA 8ª - O Cessionário, através de sua Administradora, declara e garante que:

a) é um fundo de investimento em direitos creditórios, nos termos da Resolução CMN nº 2.907, de 29.11.2001 e da Instrução CVM nº 356, de 17.12.2001, conforme alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22.07.2003, pela Instrução CVM nº 435, de 05.07.2006, pela Instrução CVM nº 442, de 08.12.2006, e pela Instrução CVM nº 446, de 19.12.2006, devidamente constituído perante a CVM;

b) a celebração deste Contrato, a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes, assim como dos demais instrumentos legais relacionados com a promessa de cessão de Direitos Creditórios ora avençada estão devidamente autorizados por seu Regulamento e pelas regras aplicáveis a esta modalidade de fundo de investimento; e

c) os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários para tanto.

CAPÍTULO III - DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO E DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

CLÁUSULA 9ª - O Cessionário somente efetuará a aquisição de Direitos Creditórios se tais Direitos Creditórios atenderem, na Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, às seguintes Condições de Cessão descritos nos itens "a" e "b" abaixo e Critérios de Elegibilidade descritos no item "c" abaixo (as "Condições de Cessão" e os "Critérios de Elegibilidade"):

- (a) devem ser Notas Promissórias, representativas de créditos decorrentes e vinculados aos Contratos de Compra e Venda de Ingresso celebrados entre os Organizadores de Eventos/Emissor e a Cedente/Endossante, emitidas por Organizadores de Eventos que gerarão obrigações individuais para os Organizadores de Eventos; e
- (b) devem ser Notas Promissórias emitidas por Organizadores de Eventos que não apresentarem, na data de aquisição pelo **FUNDO**, histórico de inadimplência, ou seja, não apresentem parcelas dos Contratos de Compra e Venda de Ingressos ou notas promissórias vencidas e não pagas.
- (c) devem ser Notas Promissórias emitidas por Organizadores de Eventos que organizem:
 - a) Eventos cujo acesso ou utilização estejam condicionados à venda ou distribuição de Ingressos a título oneroso;
 - b) Eventos organizados por especialistas, com objetivos institucionais, comunitários, promocionais ou públicos;
 - c) Eventos que se enquadrem em qualquer uma das seguintes categorias:
 - i) Eventos em Geral;
 - ii) Eventos Educacionais;
 - iii) Eventos Comunitários e Benéficos;
 - i) Transportes Urbanos e/ou Rodoviário; e
 - ii) Quaisquer outros eventos ou serviços destinados ao público em geral cujo acesso esteja condicionado à venda ou distribuição de ingressos a título oneroso;
 - d) Eventos que poderão ser realizados em qualquer dos Estados do Território Nacional, bem como no Distrito Federal;

Parágrafo Primeiro - Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** deverão ter sido objeto de Laudo de Avaliação e Proposta de Aquisição, conforme definido no Artigo 9º do Regulamento, aprovado por unanimidade pelo Comitê de Investimento, nos termos definidos no Regulamento, observadas as Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade estabelecidas acima.

Parágrafo Segundo – Sem prejuízo das obrigações constantes na Cláusula 29 abaixo, a Cedente expressamente concorda e se compromete a somente oferecer, e declara que somente oferecerá, ao cessionário Direitos Creditórios que atendam às Condições de Aquisição e Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento e no *caput* desta Cláusula.

CLÁUSULA 10ª - A aquisição de Direitos Creditórios depende da avaliação de crédito a ser executada na forma estabelecida no Artigo 28 do Regulamento, que é baseada em critérios rigorosos, elaborados por equipe qualificada com reconhecido *know how* na avaliação dos riscos envolvidos.

CLÁUSULA 11 - A verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios às Condições de Cessão será de responsabilidade da Cedente, sem prejuízo do direito do Cessionário, diretamente ou por intermédio de terceiros, também efetuar tal verificação.

Parágrafo Único - O Custodiante validará os Critérios de Elegibilidade empregados em cada Cessão de Direitos Creditórios.

CLÁUSULA 12 - Os Direitos Creditórios que atendam às Condições de Cessão e de Elegibilidade são denominados os “Direitos Creditórios Elegíveis” e, individualmente, o “Direito Creditório Elegível”.

CLÁUSULA 13 - A perda superveniente, por qualquer motivo, das Condições de Cessão não dará ao Cessionário qualquer direito de regresso contra a Cedente com relação a eventuais Direitos Creditórios anteriormente adquiridos nos termos do disposto neste Contrato, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

CLÁUSULA 14 - Na hipótese de aquisição de Direitos Creditórios em desacordo com o disposto neste Capítulo aplicar-se-á o disposto no Capítulo V.

CAPITULO IV - DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO

CLÁUSULA 15 - Observado o disposto na Cláusula 4ª deste Contrato, a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis da Cedente para o Cessionário será considerada formalizada na data (i) da verificação, pela Cedente e pelo Custodiante, do cumprimento das Condições de Cessão e dos Critérios de Elegibilidade e (ii) do pagamento pelo Cessionário do preço de aquisição (a “Data de Aquisição e Pagamento”).

CLÁUSULA 16 - Na Data de Aquisição e Pagamento, a Cedente irá relacionar os Direitos Creditórios objeto de cessão em documento próprio (o “Relatório da Cessão”), preparado na forma do modelo constante do Anexo I a este Contrato e contendo, no mínimo, as informações lá discriminadas, e enviar esse documento ao Custodiante. Este relatório deverá ser arquivado pelas partes, inclusive pelo Custodiante, e representará o documento comprobatório da realização das operações realizadas entre as partes, inclusive para fins de fiscalização dos órgãos reguladores da Cedente e do Cessionário.

CLÁUSULA 17 - Ressalvado o disposto na Cláusula 21, a cessão formalizada na forma deste Capítulo será irrevogável e irreatável, com a transferência para o Cessionário, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Cedente, da plena titularidade dos Direitos Creditórios Elegíveis, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados mediante o endosso pela Cedente das Notas Promissórias relativas aos Direitos Creditórios Elegíveis.

CLÁUSULA 18 - A Cedente não responde pela solvência ou solvibilidade dos devedores dos Direitos Creditórios, respondendo apenas pela existência, liquidez, certeza e boa formalização dos Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo Cessionário nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA 19 - A Cedente permanecerá com a guarda dos documentos pertinentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Cessionário, inclusive originais devidamente endossadas das Notas Promissórias relativas aos Direitos Creditórios, na qualidade de fiel depositária, nos termos e para os efeitos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se pela sua guarda em nome do Custodiante e do Fundo durante o prazo de duração do Fundo. A Cedente desde já se compromete a entregar, no prazo de 2 dias úteis contados de solicitação da Administradora ou do Custodiante neste sentido, quaisquer documentos que servem de lastro para os Direitos Creditórios.

CLÁUSULA 20 - A Cedente se obriga, em regime de melhores esforços, a dar pronto e pleno atendimento ao Cessionário, ou às empresas terceirizadas e autorizadas contratualmente a ter acesso aos documentos acima relacionados, caso seja necessária a verificação de documentos em prazo inferior ao estabelecido na Cláusula 19 acima.

CAPÍTULO V - DA RESOLUÇÃO DA CESSÃO

CLÁUSULA 21 - Considerar-se-á resolvida, de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação à Cedente, sem qualquer custo para o Cessionário, a cessão de Direitos Creditórios que venham a ser reclamados por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tais Direitos Creditórios, pela Cedente, previamente à aquisição dos mesmos pelo Cessionário. Esta hipótese, assim como todas aquelas nas quais o pagamento das parcelas dos Direitos Creditórios venha a se frustrar e o correspondente crédito não tenha sido legalmente formalizado, são doravante referidas como as Condições Resolutivas da Cessão.

CLÁUSULA 22 - Na hipótese de ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, estará a Cedente obrigada a restituir ao Cessionário, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da data do recebimento da notificação referida na Cláusula anterior e observado o disposto no Capítulo VII abaixo, em moeda corrente nacional, o valor dos Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida, calculado com base no Preço de Aquisição ajustado pela mesma taxa de desconto aplicada quando de sua aquisição até a data da restituição integral dos valores devidos pela resolução da cessão.

CAPÍTULO VI - DO PREÇO DE AQUISIÇÃO

CLÁUSULA 23 - Pela aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, o Cessionário pagará à vista à Cedente, na Data de Aquisição e Pagamento, o valor certo e ajustado, apurado da seguinte forma: em relação a cada Direito Creditório Elegível, será aplicada uma Taxa de Desconto mínima correspondente a 125% (cento e vinte e cinco por cento) do CDI, pré-fixada (a “Taxa de Desconto”), a ser definida pela Cedente e pelo Cessionário para cada operação de cessão de que trata a Cláusula 16, *pro rata temporis*, desde a sua data de vencimento até a respectiva Data de Aquisição do Direito Creditório, incluindo-se na contagem o primeiro dia e excluindo-se o último dia do respectivo período, utilizando a respectiva Taxa de Desconto, observado o disposto nos Parágrafos abaixo.

Parágrafo Primeiro – A Taxa de Desconto mencionada constará, obrigatoriamente, do Relatório de Cessão, a ser elaborado nos termos do Anexo I e em observância ao que dispõe a Cláusula 16, anterior.

Parágrafo Segundo - As partes estabelecem, ainda, que o valor das quotas subordinadas do Cessionário deve representar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do Cessionário, e que as taxas de desconto praticadas na aquisição dos Direitos Creditórios devem proporcionar a manutenção deste percentual mínimo.

Parágrafo Terceiro - Tendo em vista que o Cessionário possui um *benchmark* de rentabilidade, no médio e longo prazo, de 115% (cento e quinze por cento) da taxa dos Depósitos Interfinanceiros (“DI”), as partes se comprometem, ainda, a praticar taxas de desconto que propiciem o alcance do *benchmark* definido, considerando-se para tanto o efeito da apropriação das despesas e encargos incorridos pelo Cessionário e definidos no Regulamento do FUNDO, e eventuais situações de maior oscilação decorrentes de eventos extraordinários, ou não, de qualquer natureza, inclusive, mas não limitados àqueles de caráter político, econômico ou financeiro. Para os fins do aqui disposto, a verificação de tal condição deverá se dar em base diária.

CLÁUSULA 24 - A alteração do disposto neste Capítulo depende de prévia e expressa aprovação das partes.

CLÁUSULA 25 - Não obstante qualquer disposição em sentido contrário contida neste ou em outro instrumento, fica desde logo ajustado que a Taxa de Desconto praticada deve assegurar não só o piso mínimo de remuneração referido no Parágrafo Segundo da Cláusula 23, mas também permitir que qualquer diminuição na rentabilidade esperada para o patrimônio do Cessionário em razão de (i) marcação a mercado de títulos e/ou créditos anteriormente adquiridos por ele junto à Cedente; (ii) inadimplência e/ou atraso no pagamento de títulos e/ou créditos anteriormente adquiridos por ele junto à Cedente; (iii) qualquer outro fato ou evento que possa se traduzir em perda da rentabilidade mínima prevista pelo Cessionário quando da aquisição anterior de títulos e/ou créditos junto à Cedente, seja devidamente compensada.

CLÁUSULA 26 - Na hipótese de inobservância do percentual mencionado no Parágrafo Segundo da Cláusula 23, isto é, se as quotas subordinadas vierem a representar menos de 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, serão adotados os seguintes procedimentos: I - No prazo de 10 (dez) dias contados da constatação do desbalanceamento entre o valor das quotas seniores em relação ao patrimônio líquido do **FUNDO** a Administradora deverá comunicar a ocorrência aos quotistas, comprometendo-se a buscar o re-equilíbrio de tal relação no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação aos quotistas. O re-equilíbrio da relação poderá ser efetivado através da subscrição de novas quotas subordinadas; II - Na hipótese de não ser restabelecida a relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, deverá ser convocada Assembleia Geral de quotistas para deliberar sobre: a) providências a serem tomadas pela Administradora e/ou pela Gestora; b) substituição da Administradora e/ou da Gestora, no exercício das funções em relação ao **FUNDO**; e/ou c) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

CAPITULO VII - DA FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA 27 - Os pagamentos em moeda corrente nacional a serem efetuados pelo Cessionário à Cedente em razão das obrigações previstas neste Contrato deverão ser efetuados mediante débito na conta corrente do Cessionário junto ao Custodiante, valendo o comprovante do crédito/depósito como prova de pagamento e recibo de quitação.

CLÁUSULA 28 - *O pagamento de todos os tributos e contribuições, incluindo, mas não se restringindo a, Imposto sobre Serviços – ISS, PIS, COFINS, CPMF e Imposto sobre a Renda, que incidam ou venham a incidir para cada uma das partes, é da responsabilidade respectiva, e não solidária, de cada uma delas.*

CAPITULO VIII - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

CLÁUSULA 29 - Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos deste Contrato, a Cedente expressamente obriga-se a:

- a) somente oferecer ao Cessionário Direitos Creditórios que atendam a todos os Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão descritos no Regulamento e na cláusula 9º acima;
- b) adotar todas as providências para manter válidas e eficazes as declarações contidas no Capítulo II, mantendo o Cessionário informado de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de qualquer das referidas declarações e adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a invalidade da declaração;
- c) realizar a coleta e a arrecadação dos valores relativos, aos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO** até as datas de seus vencimentos.
- d) transferir imediatamente ao Cessionário, todos e quaisquer valores que venha a receber, a qualquer título, em decorrência de compra antecipada de ingressos relacionados aos Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo Cessionário neste Contrato, sem qualquer dedução ou desconto, especialmente, mas não se limitando, aos valores decorrentes da coleta e a arrecadação de que trata a letra “b”, acima, observando-se o seguinte:
 - i) o prazo limite para transferência, ao Cessionário, de valores, relativos a um dado Evento, é de 2 (dois) dias da realização do Evento;
 - ii) a Cedente elaborará e entregará, ao Cessionário, na mesma data em que lhe transferir valores, relatório detalhado de transferência de valores, com vistas a permitir ao Cessionário verificar a perfeita correspondência entre os valores transferidos e os Eventos a que esses se referem, e;
 - ii) a transferência deverá ser efetuada para a seguinte conta corrente do Cessionário junto ao Custodiante:

Banco: **DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO**
Agência: 0001
Conta Corrente: 100039-3
Titular: **INGRESSO FÁCIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – NOTAS PROMISSÓRIAS**

- e)** praticar todos os atos que estiverem a seu alcance, para que as pessoas físicas e jurídicas responsáveis pelos Eventos ou a eles relacionadas, com as quais se firmarem os contratos que originarão os Direitos Creditórios a serem cedidos ao **FUNDO** concluam o planejamento original. Fica claro, porém, que não há co-obrigação da Cedente em relação aos Direitos Creditórios inadimplidos;
- f)** aceitar imediatamente a devolução dos Direitos Creditórios ofertados ao Cessionário que não atenderem às Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade;
- g)** dar pleno acesso e atendimento aos auditores do Cessionário, bem como aos representantes da empresa de avaliação de risco dos ativos (Empresa de *Rating*), com relação aos documentos relativos às operações, aos Direitos Creditórios e aos dados e informações, inclusive históricos de inadimplência, quando o caso, as pessoas físicas e jurídicas responsáveis pelos Eventos ou a eles relacionadas, com as quais se firmarem os contratos que originarão os Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO**;
- h)** dar pleno auxílio e apoio ao Cessionário no processo de cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios inadimplidos; e
- i)** indenizar o Cessionário em razão do descumprimento, incorreção ou falsidade das declarações e obrigações de que tratam esta Cláusula e as constantes do Capítulo II.

CAPÍTULO IX - DOS EVENTOS DE RESCISÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 30 - São considerados eventos de rescisão (os “Eventos de Rescisão”), quaisquer das seguintes ocorrências:

- a)** pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da Cedente;
- b)** existência de evidências de que a Cedente tenha oferecido ao Cessionário Direitos Creditórios sobre os quais recaiam quaisquer ônus, encargos ou gravames, que tenham sido constituídos previamente à oferta ao Cessionário; e;
- c)** a não transferência, por qualquer motivo, por parte da Cedente, ao Cessionário, dos valores recebidos em decorrência da coleta e da arrecadação de que trata a letra “b”, caput, da Cláusula 29.

CLÁUSULA 31 - A ocorrência de qualquer dos Eventos de Rescisão facultará ao Cessionário a imediata rescisão deste Contrato e não acarretará qualquer ônus ou penalidade de qualquer natureza ao Cessionário e não obstará a aplicação, nos termos do presente Contrato, das penalidades previstas no Capítulo XI, tomando o Cessionário, de imediato, nos casos das alíneas “b” e “c” da Cláusula anterior, as medidas judiciais cabíveis com vistas a que a Cedente cumpra as obrigações assumidas neste Contrato, sem prejuízo: i) da aplicação dos juros e da multa convencional à Cedente, de que trata a Cláusula 35, ii) da aplicação da multa diária à Cedente, prevista na Cláusula 36, e; iii) das medidas judiciais cabíveis e do requerimento judicial pela condenação da Cedente em indenizar o Cessionário por perdas e danos.

CLÁUSULA 32 - Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Rescisão, o Cessionário deverá convocar uma Assembleia Geral de quotistas.

CAPITULO XI - DAS PENALIDADES

CLÁUSULA 35 - O inadimplemento da obrigação de pagamento pelo Cessionário à Cedente prevista neste Contrato caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos pelo atraso: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento era devido até o seu integral recebimento pela parte credora; e (ii) multa convencional, não compensatória, de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor devido.

CLÁUSULA 36 - O inadimplemento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer assumidas nos termos deste Contrato, do qual tenha sido notificada para regularizar e deixe de fazê-lo no prazo assinado na respectiva notificação e/ou aviso, prazo este que, em nenhuma hipótese, será inferior a 2 dias úteis, obrigará a Cedente ao pagamento ao Cessionário de uma multa convencional, não compensatória, no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) por dia de atraso no cumprimento de tais obrigações, sem prejuízo do disposto nas Capítulos IX e X deste Contrato e da cobrança de perdas e danos incorridos pelo Cessionário em decorrência de tal inadimplemento.

CAPITULO XII - DA TUTELA ESPECÍFICA

CLÁUSULA 37 - A Cedente e o Cessionário reconhecem, desde já, que este Contrato constitui título executivo extrajudicial, para todos os fins e efeitos do artigo 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA 38 - Observados os prazos estabelecidos no Capítulo X, as obrigações de fazer e não fazer previstas neste Contrato serão exigíveis no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado do recebimento, pela Cedente ou pelo Cessionário, da notificação que constituir a respectiva parte em mora, ficando facultada à parte credora a adoção das medidas judiciais necessárias (i) à tutela específica ou (ii) à obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o § 5º do art. 461, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA 39 - Caso a Cedente descumpra qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer previstas neste Contrato e, notificado para sanar tal inadimplemento, deixe de fazê-lo no prazo assinado na referida notificação, o Cessionário, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da faculdade de resilir este Contrato, poderá requerer, com fundamento no art. 273 combinado com o art. 461 e seus parágrafos, ambos do Código de Processo Civil, a tutela específica da obrigação inadimplida, sem prejuízo da aplicação da multa prevista na Cláusula 35 ou, a seu juízo, promover execução da obrigação de fazer, com fundamento no artigo 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA 40 - Para os fins deste Capítulo, as partes desde já expressamente reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação mencionada neste Capítulo, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, será bastante para instruir o pedido de tutela específica da obrigação.

CLÁUSULA 41 - O Cessionário será responsável por todos os custos, emolumentos e despesas, sem prejuízo da indenização por perdas e danos incorridos pela Cedente pela propositura abusiva ou injustificada, pelo Cessionário, das medidas previstas neste Capítulo.

**CAPITULO XIII - DA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E AS CONDIÇÕES DE
NEGOCIAÇÃO JUNTO AOS DEVEDORES DO CESSIONÁRIO**

CLÁUSULA 42 - Ressalvado o disposto na Cláusula 41, a Cedente não será responsável por quaisquer despesas que porventura venham a ser incorridas pelo Cessionário com vistas à adoção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda e cobrança de seus direitos e prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Elegíveis nos termos deste Contrato, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos a que se refere este inciso. Todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos a que se refere este inciso serão de inteira responsabilidade do Cessionário.

CAPITULO XIV - DA CONFIDENCIALIDADE

CLÁUSULA 43 - As partes obrigam-se a manter em sigilo e respeitar a confidencialidade dos dados e informações, verbais ou escritas, relativos às operações e negócios, dos contratos, pareceres e outros documentos, bem como, de quaisquer cópias ou registros dos mesmos, contidos em qualquer meio físico a que a referida parte tiver acesso em virtude do presente Contrato (as “Informações Confidenciais”), ficando desde já estabelecido que (i) as Informações Confidenciais poderão ser divulgadas a seus sócios, administradores, procuradores, consultores, prepostos e empregados, presentes ou futuros, que precisem ter acesso às Informações Confidenciais em virtude do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato (os “Representantes”); (ii) as Informações Confidenciais poderão ser também divulgadas aos órgãos de fiscalização a que estão sujeitas as partes, especialmente a Comissão de Valores Mobiliários, Banco Central do Brasil e Secretaria da Receita Federal; e (iii) que a divulgação a terceiros, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente, no Brasil ou no exterior, por qualquer meio, de quaisquer Informações Confidenciais dependerá de prévia autorização, por escrito, da outra parte.

CLÁUSULA 44 - As partes comprometem-se a não utilizar qualquer das Informações Confidenciais em proveito próprio ou de quaisquer terceiros e responsabilizam-se pela violação das obrigações previstas neste Capítulo por parte de quaisquer dos seus representantes.

CLÁUSULA 45 - Caso qualquer das partes ou qualquer de seus representantes seja obrigado, em virtude de lei, de decisão judicial, ou por determinação de qualquer autoridade governamental, a divulgar quaisquer das Informações Confidenciais, tal parte deverá comunicar imediatamente a outra parte a respeito dessa obrigação, de modo que as partes, em mútua cooperação, possam intentar as medidas cabíveis, inclusive judiciais, para preservar as Informações Confidenciais. Caso as medidas tomadas para preservar as Informações Confidenciais não tenham êxito, deverá ser divulgada somente a parcela das Informações Confidenciais necessária à satisfação do dever legal de divulgação das informações.

CLÁUSULA 46 - Excluem-se do compromisso de confidencialidade aqui previsto as informações: (i) disponíveis para o público de outra forma que não pela divulgação das mesmas por qualquer das partes ou por qualquer de seus representantes; e (ii) que comprovadamente já eram do conhecimento de uma ou de todas as partes ou de qualquer de seus representantes antes da referida parte obrigada ou seus representantes terem acesso em função deste Contrato.

CLÁUSULA 47 - O dever de confidencialidade previsto neste Capítulo XIV sobreviverá ao término deste Contrato pelo prazo de 5 (cinco) anos, estando seu descumprimento, a qualquer tempo durante a vigência do dever ora referido, inclusive após a extinção ou a rescisão deste Contrato, sujeito às penalidades estabelecidas neste Capítulo.

CAPITULO XV - DAS COMUNICAÇÕES

CLÁUSULA 48 - Todos os documentos e as comunicações, sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos deste Contrato deverão ser encaminhados para os endereços constantes no preâmbulo deste documento.

CLÁUSULA 49 - Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante “Aviso de Recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços mencionados em epígrafe, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile (“*answer back*”), via e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins desta Cláusula, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile ou via e-mail ainda que emitida pela parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

CAPITULO XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 50 - Este Contrato tornar-se-á eficaz na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo necessário ao cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes, regendo a partir da referida data todas as cessões de Direitos Creditórios a serem celebradas entre as Partes.

CLÁUSULA 51 - Os Direitos Creditórios ofertados e que não forem adquiridos pelo Cessionário, assim como os Direitos Creditórios que venham a ser restituídos à Cedente nos termos deste Contrato, poderão ser utilizados livremente pela Cedente em qualquer tipo de transação ou negócio.

CLÁUSULA 52 - Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato somente será válido se feito por instrumento escrito, assinado por ambas as partes.

CLÁUSULA 53 - As partes celebram este Contrato em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título. Os custos de registro deste Contrato em cartório correrão por conta da Cedente.

CLÁUSULA 54 - Os anexos (os “Anexos”) a este Contrato são dele parte integrante e inseparável. Em caso de dúvidas entre este Contrato e seus Anexos prevalecerão as disposições deste Contrato, dado o caráter complementar dos Anexos. Não obstante, reconhecem as partes a unicidade e incindibilidade das disposições neste Contrato e nos Anexos, que deverão ser interpretados de forma harmônica e sistemática, tendo como parâmetro a natureza do negócio celebrado entre as partes.

CLÁUSULA 55 - A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remição, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das partes nos termos deste Contrato, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato.

CLÁUSULA 56 - O presente Contrato constitui o único e integral acordo entre as partes, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.

CLÁUSULA 57 - Salvo disposição em contrário prevista neste Contrato, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das partes, dos direitos e obrigações nele previstos sem expressa e prévia concordância da outra parte.

CLÁUSULA 58 - O presente Contrato e seus aditamentos serão registrados no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA 59 - Toda e qualquer quantia devida a qualquer das partes por força deste Contrato poderá ser cobrada via processo de execução visto que as partes desde já reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA 60 - Os mandatos outorgados pela Cedente nos termos deste Contrato são irrevogáveis e irretratáveis, sendo sua outorga condição do negócio, nos termos do art. 686 do Código Civil brasileiro.

CAPITULO XVII - DO FORO

CLÁUSULA 61 - Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim de comum acordo, **AS PARTES**, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, [•] de [•].

CEDENTE:

INGRESSO FÁCIL PRÉ-VENDA E VENDA DE INGRESSOS LTDA.

CESSIONÁRIO:

INGRESSO FÁCIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – NOTAS PROMISSÓRIAS

INTERVENIENTES-ANUENTES:

DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO

MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM S.A.

Testemunhas:

1. _____

2. _____

ANEXO I AO CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO SEM CO-OBRIGAÇÃO E OUTRAS AVENÇAS, CELEBRADO ENTRE INGRESSO FÁCIL PRÉ-VENDA E VENDA DE INGRESSOS E INGRESSO FÁCIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – NOTAS PROMISSÓRIAS, EM [•].

“RELATÓRIO DE CESSÃO nº []

Elaborado na forma e para os fins da Cláusula 16 do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito sem Co-obrigação e Outras Avenças, celebrado entre INGRESSO FÁCIL PRÉ-VENDA E VENDA DE INGRESSOS e INGRESSO FÁCIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – NOTAS PROMISSÓRIAS, em [•].

- **Descrição do Direitos Creditórios: acrescentar, entre outras informações relevantes:**

1 [Valor e data da Nota Promissória e informação sobre o emissor]

- a) *Eventos: descrever os Eventos, sua data, se houver, e suas referências;*
- b) *Fazer referência à Data e às partes dos Contratos de:*
 - b.1) *compra antecipada de ingressos;*
 - b.2) *apuração e consolidação dos valores arrecadados com a venda dos Bilhetes;*
- c) *Acréscimo de planilhas descritivas dos Direitos Creditórios (Acrescentar Excluir colunas para descrever informações relevantes, que permitam identificar os Direitos Creditórios, quando o caso);*

<u>Nº Ingressos</u>	<u>Valor dos Ingressos</u>	<u>Outras Informações</u>	<u>Taxa</u>	<u>Valor</u>

- d) *Taxa de Desconto (em observância ao Parágrafo Segundo da Clausula 23): [•]%(por extenso por cento);*
- e) *Valor a ser pago à Cedente em razão desta Cessão de Crédito;*
- f) *Número do Laudo de Avaliação (Parágrafo Primeiro da Cláusula 23);*
- g) *Data da Aprovação do Comitê de Investimento (Parágrafo Primeiro do Clausula 23): [•]*
- h) *Outras Informações relevantes para a Cessão, conforme o Tipo de Cessão de Crédito Contratada.*

Na Condição de Cedente estamos entregando, nesta data, ao Cessionário, através de meio magnético, a relação dos créditos (Notas Promissórias) integrantes do Contrato de Cessão de Crédito, firmado entre a Cedente e o Cessionário.

Rio de Janeiro, [•] de [•].

CEDENTE:

INGRESSO FÁCIL PRÉ-VENDA E VENDA DE INGRESSOS LTDA.

CESSIONÁRIO:

**INGRESSO FÁCIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
NOTAS PROMISSÓRIAS**

Testemunhas:

1. _____

2. _____

INGRESSO FÁCIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - NOTAS PROMISSÓRIAS



Mellon

Mellon Serviços Financeiros

Administradora e Distribuidora de Quotas do Fundo

MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, Rio de Janeiro - RJ



Mellon

Mellon Global Investments - Brasil

Gestora do Fundo

MELLON GLOBAL INVESTMENTS S/C LTDA.
Avenida Almirante Barroso, nº 52, 13º andar, Rio de Janeiro - RJ



Auditoria

BAKER TILLY BRASIL
Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1.461, 4º e 12º andares, Brooklin Novo, São Paulo - SP

Deutsche Bank



Controladoria e Custódia

DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO
Rua Alexandre Dumas, nº 2.200, São Paulo - SP



Rating das Quotas Seniores

AUSTIN RATING
Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, Conjunto 73 - Itaim Bibi, São Paulo - SP

Este Prospecto está disponível no Website:
www.mercadosdecapitais.com.br



(11) 3121-5555